

Preparado para:



Financiando pela: Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA)

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL (EIAS) DO PROJECTO DE “ESTRADAS SEGURAS E RESILIENTES PARA INTEGRAÇÃO SÓCIO- ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE – ABORDAGEM MULTI-FASEADA (MPA)

(Contrato nº 140/GE-ANE/370/2021)

Avaliação de Impacto Ambiental e Social – Estrada entre Inchope e Caia

RASCUNHO DO RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL

VOLUME 2C: RELATÓRIO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Dezembro 2023



Preparado pela:

SWMOZ SVOSVE LDA

Av. Emilia Dausse, No. 83 R/C

Tel. +258 21 312878

Fax. +258 21 304870

Email admin@swmoz.com



Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Histórico do documento:

Date	Version	Authors	Revision Description	Reviewed by	Approved by	Approval Date
10/01/2024	1.0	J Sathiagnanan J Mudema O Banze	Issue for Client Review			

Estudo de Avaliação do Impacto Ambiental e Social das obras de Reparação e Melhoramento da Estrada N1 entre Inchope e Caia, na Província de Sofala

Este relatório consiste no seguinte:

Volume 2A	Resumo Não Técnico
Volume 2B	Relatório Principal
Volume 2C	Anexos
Volume 2D	Relatório do Processo de Participação Pública
Volume 2E	Plano de Gestão Ambiental e Social

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Contextualização	7
1.2 Processo de Participação Pública.....	8
2 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (PPP).....	9
2.1 Objectivos do Processo de Participação Pública	9
2.2 Metodologia do Processo de Participação Pública.....	9
2.3 Engajamento das PI&As para participação na 2ª Reunião de Consulta Pública	10
2.3.1 <i>Emails</i>	10
2.3.2 <i>Cartas-Convite</i>	10
2.3.3 <i>Mensagens por Whatsapp</i>	10
3 SUMÁRIO DAS REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	11
3.1 Sumário das Sessões da Reunião de 2ª Consulta Pública	12
3.1.1 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gondola	12
3.1.2 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gondola.....	22
3.1.3 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gorongosa	27
3.1.4 <i>Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gorongosa</i>	39
3.1.5 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Maringué	43
3.1.6 <i>Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Maringué</i>	48
3.1.7 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Cheringoma	52
3.1.8 <i>Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Cheringoma</i>	61
3.1.9 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Caia	65
3.1.10 <i>Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Caia</i>	70
4 ANEXOS.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Secções da Estrada Nacional N1 alvo de intervenção na 1ª fase do Projecto SRSEI-MPA (em Negrito)	8
Tabela 2. Número de participantes nas sessões de reunião de 2ª Consulta Pública para secção da EN1 entre Inchope e Caia (322 Km)	11
Tabela 3. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no Distrito de Gondola	14
Tabela 4. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Gondola	23
Tabela 5. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Gorongosa	29
Tabela 6. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Gorongosa	40
Tabela 7. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião no distrito de Maringué	45
Tabela 8. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Maringué	49
Tabela 9. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Cheringoma	54
Tabela 10. Lista de presenças na sessão da reunião da 1ª Consulta Pública no distrito de Cheringoma	62
Tabela 11. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Caia	66
Tabela 12. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Caia	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Gondola (Dezembro, 2023)	12
Figura 2. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado Distrito de Gorongosa (Dezembro, 2023)	27
Figura 3. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Maringué (Dezembro, 2023)	43
Figura 4. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Cheringoma (Dezembro, 2023)	52
Figura 5. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Caia (Dezembro, 2023)	65

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Anúncio da reunião da 1ª Consulta Pública publicitado no Jornal Noticias	73
Anexo 2. Programas das sessões de reunião da 1ª Consulta Pública	74
Anexo 3. Apresentações em Powerpoint do EDPA, Termos de Referência e Metodologia de Elaboração do PAR	75

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ANE, IP	Administração Nacional de Estrada, Instituto Público
DPOPHRH	Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
EN1	Estrada Nacional Número 1
DPS	Direcção Provincial da Saúde
FE, FP	Fundo de Estrada, Fundo Público
GdM	Governo de Moçambique
MPA	<i>Multiphase Approach</i> (Abordagem Multi-faseada)
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
PI&As	Partes Interessadas e Afectadas
PME	Pequenos e Médios Empreiteiros (<i>Micro-Enterprises</i>)
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SPA	Serviço Provincial de Ambiente
SPAE	Serviço Provincial de Actividades Económicas
SRSEI	<i>Safer Road for Social and Economic Integration</i> (Estradas Seguras Para Integração Sócio-Económica)

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A estrada nacional N1 (EN1) é um importante corredor para facilitar o desenvolvimento em todos os sectores do sul ao norte de Moçambique. A melhoria das condições de segurança e resiliência de EN1 foi vista pelo Governo de Moçambique (GdM) como muito importante para o país (Banco Mundial, 2021). Historicamente, muitos investimentos têm sido feitos na melhoria dos corredores no sentido Este-Oeste para facilitar a ligação dos países do *Interland* como Zimbábue, Zâmbia e Malawi como os principais portos localizados no Oceano Índico, em detrimento de investir nos corredores do sentido Sul-Norte. Actualmente, mais da metade do corredor de EN1 está em estado avançado de degradação (2021).

Deste modo, o GdM solicitou um financiamento ao Banco Mundial para ajudar no desenvolvimento de um Projecto de longo prazo denominado “Estrada Seguras e Resilientes para Integração Sócio-Económica de Moçambique – Abordagem Multi-Faseada (SRSEI-MPA)”. O projecto tem como principais objectivos os seguintes:

1. Contribuir para criação e promoção de emprego;
2. Contribuir para o acesso ao mercado pelas melhores PME locais (Empreiteiros locais, Grupos comunitários, etc.)
3. Melhorar a qualidade da rede rodoviária através da implementação de sistema de contractos de manutenção baseada no resultado e desempenho (PBMC).

O projecto SRSEI-MPA está dividido em 5 (cinco) componentes a saber:

- COMPONENTE 1: Melhoramento da EN1 para tornar Segura e Resiliente;
- COMPONENTE 2: Melhoria de Estradas Vicinais através de PME (Empreiteiros Locais, Grupos Comunitários, etc.);
- COMPONENTE 3: Melhoria da Segurança Rodoviária;
- COMPONENTE 4: Capacitação Institucional e Gestão do Projecto;
- COMPONENTE 5: Resposta a Emergência - Contingência.

Neste âmbito, o grupo Banco Mundial através do IDA aprovou para esta primeira fase uma doação de 400 milhões de dólares americanos para financiar o projecto nos seguintes corredores:

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 1. Secções da Estrada Nacional N1 alvo de intervenção na 1ª fase do Projecto SRSEI-MPA (em Negrito)

Item	Secção	Extensão (Km)	Província
1	Rio Lúrio - Metoro, incluindo a ponte sobre o Rio Lúrio	74	Cabo Delgado
2	Metoro - Pemba	94	Cabo Delgado
3	Chimuara - Nicoadala	176	Zambézia
4	Gorongosa – Caia (0-84km)	252	Sofala
	Gorongosa - Caia (84- 168km)		Sofala
	Gorongosa - Caia (168 - 252 km)		Sofala
5	Inchope – Gorongosa	70	Sofala
6	Muxungué - Inchope	155	Sofala
7	Save - Muxungué	232	Sofala
	Pambara - Save		Inhambane
Total		1053	

Com vista a cumprir com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do financiador do projecto (Banco Mundial) e da legislação nacional, a Administração Nacional de Estradas, Instituto Público (ANE, IP) está a elaborar o Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e o Plano de Acção de Reassentamento (PAR) do projecto para as secções de estrada destacadas em negrito na tabela 1 apresentada acima. Assim, no âmbito da operacionalização do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) deve ser conduzido um processo de participação pública aquando da elaboração dos estudos de especialidade assim referidos.

1.2 Processo de Participação Pública

O presente relatório do Processo de Participação e Consulta Pública é parte integrante do Processo de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Plano de Acção para o Reassentamento (PAR) na secção da Estrada Nacional N1 entre Inchope e Caia, num total de 322 Km, no âmbito do projecto de Estradas Seguras e Resilientes para Integração Sócio-Económica de Moçambique – Abordagem Multi-Faseada (SRSEI - MPA), e foi preparado de acordo com as normas estabelecidas pela Directiva Geral para Estudos de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 129/2006, de 19 de Julho), Directiva Geral para o Processo de Participação Pública (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho), o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividade Económicas (Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto). Este relatório da 1ª reunião de Consulta Pública está estruturado segundo recomendado pela Directiva Geral para o Processo de Participação Pública e tem os seguintes capítulos:

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

1. Introdução;
2. Metodologia do processo de consulta pública;
3. Resumo das apresentações;
4. Sumário das questões levantadas;
5. Descrição das soluções às questões levantadas, e
6. Anexos
 - a) Exemplar do anúncio da 2ª Consulta Pública publicitado no jornal;
 - b) Agenda da 2ª Consulta Pública;
 - c) Lista de Presença nas sessões da 2ª consulta pública;
 - d) Apresentação em *Powerpoint* contendo informação os resultados do EIAS e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico, assim como as propostas de áreas de reassentamento para fins habitacionais e de realização de actividades comerciais.

2 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (PPP)

2.1 Objectivos do Processo de Participação Pública

No âmbito das sessões de reunião de 2ª consulta pública, o processo de participação pública teve como objectivos:

1. Divulgar os resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) na secção de Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km);
2. Divulgar os resultados do Relatório do Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) na secção de Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km);
3. Apresentar e Discutir a proposta de Áreas de Reassentamento para fins habitacionais e de realização de actividades comerciais para hospedar as pessoas afectadas pelo projecto em cada um dos distritos atravessados pelo troço da Estrada N1 entre Inchope e Caia.
4. Recolher as informações, sugestões, comentários, preocupações e recomendações dos participantes sobre os resultados do EIAS e do RLFSE na secção da Estrada N1, entre o Inchope e Caia.

2.2 Metodologia do Processo de Participação Pública

As sessões de reuniões de 2ª consulta pública tinham como objectivo geral reunir as Partes Interessadas e Afectadas (PIAs), de modo a transmitir informações adequadas sobre o projecto e acções ligadas a este, assim como os resultados do EIAS e do RLFSE podendo-se sugerir recomendações e propor alternativas para mitigação dos impactos identificados no projecto,

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

bem como áreas alternativas para o reassentamento dos afectados. O presente relatório é referente a 2ª reunião de Consulta Pública efectivamente realizada com as diversas PI&As, inserida no processo de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Plano de Acção para o Reassentamento (PAR) na Estrada Nacional N1, na secção entre Inchope e Caia, num total de 322 Km.

Assim, uma abordagem de 5 estágios foi tomada em consideração para viabilizar a realização da reunião da 2ª Consulta Pública, que incluiu:

- Publicitação do Anúncio da Reunião de 2ª Consulta Pública no Jornal Notícias;
- Identificação das Partes Interessadas e Afectadas (PI&As);
- Envio de Cartas-Convites para as diferentes PI&As;
- Realização da 2ª Reunião de Consulta Pública;
- Elaboração e Submissão do Relatório da 2ª Consulta Pública.

2.3 Engajamento das PI&As para participação na 2ª Reunião de Consulta Pública

Para assegurar o engajamento das PI&As e participação massiva das PI&As na reunião de 2ª consulta pública foi feita a publicitação no Jornal Noticias do dia 27/11/2023 do anúncio de convite para a reunião, assim como enviadas cartas-convites as diferentes PI&As por meio de entrega física e virtual (*emails*), de acordo com a facilidade de adopção ou utilização de cada método.

2.3.1 Emails

Os *emails* contendo as cartas-convites para participação na reunião de 2ª consulta pública foram enviados para uma parte das PI&As cuja submissão da carta-convite por meio físico se afigurou difícil em virtude da distante localização da PI&A. Dentre estes constam os Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala (SPA-Sofala) e os Governos Distritais.

2.3.2 Cartas-Convite

Com o intuito de engajar mais as pessoas interessadas no projecto de Reabilitação da EN1 e garantir maior participação nas sessões de reunião de 1ª Consulta Pública, além do anúncio publicitado no Jornal Noticias, também foram enviadas cartas-convites para algumas PI&As, em particular Instituições Públicas, as quais confirmaram a sua participação através de resposta enviadas para o proponente do projecto.

2.3.3 Mensagens por Whatsapp

As mensagens por meio de plataforma de redes sociais “*Whatsapp*” foram também utilizadas para envio de cartas-convite para algumas PI&As, tal é o caso dos Chefes de Posto Administrativo, Directores Distritais, etc.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia**3 SUMÁRIO DAS REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

Na secção da Estrada N1, no troço entre o Inchope e Caia foram realizadas um total de 5 reuniões de 2ª Consulta Pública, sendo que no total participaram 323 pessoas, das quais 254 eram homens e 69 mulheres (Tabela 2). As sessões de reunião de 2ª Consulta Pública foram dirigidas pelos Excelentíssimos Senhores Administradores dos Distritos de Maringué e Cheringoma, nos respectivos Distritos, enquanto que nos Distritos de Gondola, Gorongosa e Caia, as sessões de reunião de 2ª Consulta Pública foram dirigidas por representantes dos Excelentíssimos Senhores Administradores de Distrito, devido a indisponibilidade destes por sobreposição de agenda e licença disciplinar. Em todas as sessões de reunião de 2ª consulta pública, a SWMoz-Svosve empresa de consultoria contratada pela ANE, IP para elaborar o EIAS e PAR facilitou o decorrer das sessões da cada reunião. A língua de comunicação durante as sessões de reunião da 2ª Consulta Pública foi o Português, mas com tradução simultânea para a língua local mais falada em cada um dos Distritos acima referenciados. Em cada uma das sessões de reunião os participantes assinaram uma lista de presenças, que continha informação sobre o nome do participante, a entidade ou instituição que representa, o contacto telefónico do participante e o respectivo email e por fim a assinatura.

Tabela 2. Número de participantes nas sessões de reunião de 2ª Consulta Pública para secção da EN1 entre Inchope e Caia (322 Km)

#	Modalidade da Reunião	Data de realização	Distrito	Posto Administrativo	Número de Participantes		
					Todos	Homens	Mulheres
Província de Sofala e Manica							
1	Presencial	11/12/2023	Gondola	Inchope	79	60	19
2	Presencial	12/12/2023	Gorongosa	Gorongosa-sede	69	55	14
3	Presencial	13/12/2023	Maringué	Subue (Nhamapadza)	59	49	10
4	Presencial	14/12/2023	Cheringoma	Inhamitanga	72	54	18
5	Presencial	15/12/2023	Caia	Caia-sede	44	36	08
Total de participantes					323	254	69

Fonte: Dados obtidos a partir das listas de presenças (Dezembro, 2023)

Com vista a facilitar a divulgação dos resultados que constam do EIAS e do RLFSE, bem como a apresentação das áreas propostas para o reassentamento, o consultor preparou apresentações em *PowerPoint*. As apresentações foram simples e claras, tendo sido utilizadas ilustrações para evidenciar alguns impactos que poderão ocorrer com a implementação do projecto (ex. destruição de infra-estruturas), sendo que em caso de utilização excessiva de linguagem técnica procurou-se explicar de maneira mais simples os termos em questão para uma boa compreensão por parte da audiência. Em cada uma das sessões de reunião de

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

consulta pública foi realizada a apresentação individual dos participantes, seguida do discurso do *Presidium*, que geralmente era composto pelo Delegado Provincial da ANE, IP, do Chefe dos Postos Administrativos e pelos Excelentíssimos Senhores Administradores do Distrito ou seus representantes. Depois seguiu-se a apresentação dos resultados preliminares do EIAS e do RLFSE, incluindo áreas de reassentamento, finalizando a sessão com as discussões das apresentações feitas pelo consultor e do projecto.

3.1 Sumário das Sessões da Reunião de 2ª Consulta Pública

3.1.1 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gondola

A primeira sessão da reunião de 2ª Consulta Pública na secção da Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km) teve lugar no Posto Administrativo de Inchope, Distrito de Gondola, tendo decorrido no dia 11/12/2023, entre as 10:30 – 14:00 horas, na sala de Reuniões do Complexo Nhandoro Tenesse. Está reunião foi dirigida pela Directora do Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas do Distrito de Gondola, em representação do Excelentíssimo Senhor Administrador do mesmo Distrito. A facilitação da reunião esteve na responsabilidade do consultor contratado pela ANE, IP, e nesta reunião participaram um total de 79 pessoas, das quais 60 homens e 19 mulheres, de acordo com a lista de presença assinada pelos participantes.



Figura 1. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Gondola (Dezembro, 2023)

A sessão de reunião realizada no Posto Administrativo de Inchope iniciou com um ligeiro atraso, devido a chegada tardia dos participantes, sendo que uma vez iniciada o decurso da reunião seguiu a agenda programada, tendo iniciado com o discurso de boas vindas aos participantes dada pelo Consultor. Em seguida, houve momento para o discurso de ocasião proferido pelo Delegado da ANE, IP na província de Sofala, o qual realçou que a 2ª reunião de consulta pública é realizada no seguimento da 1ª reunião realizada em Julho de 2023, na qual foi apresentado o projecto de reabilitação da estrada N1 e da necessidade de realização de estudos para avaliação do impacto ambiental e elaboração do plano de acção de

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

reassentamento. O mesmo, destacou a necessidade de os participantes serem mais interventivos e apresentar as suas preocupações em relação ao projecto.

Em seguida, tomou a palavra o Chefe do Posto Administrativo de Inchope, o qual fez o seu discurso de ocasião começando com uma saudação especial e dando as boas vindas a todos participantes ao Posto Administrativo de Inchope. Depois, fez a apresentação dos representantes do Posto Administrativo de Inchope presentes na reunião e desejo uma reunião frutífera a todos. Esta etapa de discursos de ocasião encerrou com a intervenção da Senhora Directora do SDPI de Gondola, que em representação do Excelentíssimo Senhor Administrador do Distrito de Gondola, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do projecto de reabilitação da estrada N1, a qual vai melhorar a transitabilidade de pessoas e bens do sul a norte do país. No seguimento do seu discurso a Directora do SDPI pediu a que todos os participantes prestassem atenção as apresentações que serão realizadas pelo consultor e registo de todas as inquietações que os participantes possam ter para apresentá-las durante a etapa de comentários e sugestões, tendo encerrado o seu discurso de ocasião com a declaração de abertura da sessão de consulta pública.

Em seguida, o representante da ANE, IP a nível Central fez apresentação detalhada do projecto SRSEI-MPA, destacando seus objectivos e as componentes do mesmo, tendo aproveitado a ocasião para informar que no âmbito da componente 2 do projecto será feita no mês de Janeiro de 2024, a identificação das mulheres e jovens que poderão integrar os grupos de mulheres que serão capacitadas e dotadas de instrumentos de trabalho para providenciar serviços de manutenção de estradas vicinais, solicitando deste modo a identificação de um potencial ponto focal apoiar a equipa da ANE, IP. Depois, o consultor contratado pela ANE, IP tomou da palavra e fez a apresentação dos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) que foram submetidos aos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala. O consultor finalizou a sua apresentação dando a conhecer aos participantes que está em preparação um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) para o projecto, que será parte integrante do Plano de Acção de Reassentamento, mas que actualmente existe um linha verde estabelecida pelo projecto para apresentação das queixas e reclamação nesta fase de elaboração dos instrumentos de salvaguardas (EIAS e PAR). A fase de apresentações dos resultados do EIAS e do RLFSE terminou com a intervenção do Especialista em Violência Baseada no Género (VBG) do projecto que falou da importância do MGQR como meio para reportar casos de VBG, Exploração Sexual e outros relacionados com o projecto nas suas diferentes fases, assim como informou que a linha verde para apresentação de queixas e reclamações na província de Sofala é o número 849393, sendo que as chamadas efectuadas para esta linha são grátis. Por fim, seguiu-se a fase de discussão, comentários e sugestões das apresentações feitas e do projecto

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

SRSEI-MPA no seu todo, acto que teve a moderação da senhora Directora do SDPI de Gondola, cujo extracto das discussões havidas é apresentado a seguir na tabela 3.

Tabela 3. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no Distrito de Gondola

Data: 11/12/2023	Duração: 10:30 – 14:00 Horas
Sessão: Única	Facilitador: SWMoz-Svosve

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Gravata José João – Líder comunitário de Inchope sede	Egídio Moraes – Delegado da ANE, IP em Sofala
Boa tarde!! Obrigado pela permissão. Eu chamo-me Gravata José João e sou líder de 1º escalão na localidade de Inchope sede e a minha área de jurisdição inclui os bairros Dedecane e 3 de Fevereiro que são atravessados pela estrada N1 no sentido Inchope a Gorongosa. Em Dedecane foi feito aberto um espaço para reassentamento do mercado para os comerciantes que foram deslocados aquando a reabilitação da estrada N6. Entretanto, lá em Dedecane apenas fizeram espaço para estacionamento de viaturas e não como paragem de mercado. Por essa razão é que a maior parte das pessoas veio acumular-se aqui na EN1 no Inchope para fazer de paragem de mercado e estacionamento de viaturas, devido a ausência de espaço para fazer paragem. Assim, gostaria de pedir que antes do início das obras a ANE preparasse um lugar especial, mesmo na estrada N1, no qual fosse contruída uma paragem onde funciona também o mercado e estacionamento de todo tipo de viatura. Muito obrigado!	Esta inquietação foi registada e nós como ANE na província de Sofala poderemos responder no seu tempo. Todavia, gostaríamos de pedir que nos fosse dado apoio pela comunidade na identificação de um local para preparar realizar as obras sugeridas e dar informação aos directores do SDPI de Gondola e Nhamatanda para rapidamente a ANE intervir, pois nós como ANE não estamos conseguir encontrar lugares para este fim. Caso não, é so contactar ao governo do distrito e dizer que vocês tem espaço e que só precisam de equipamento para o efeito.
	Oswaldo Banze – Consultor da SWMoz-Svosve
	O senhor Gravata falou de algumas acções que devem ser feitas nas áreas identificadas para o reassentamento. Gostaria de dizer que nesta fase apenas precisamos que sejam identificadas essas áreas, sendo que na fase seguinte do processo de elaboração do plano de reassentamento iremos fazer a avaliação das áreas de reassentamento para identificar que intervenções serão necessárias para que estas áreas sejam propícias para hospedar as pessoas afectadas.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
António Fogane Cunhane – residente no Posto Administrativo de Inchope	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estradas Sede
Eu chamo-me António Fogane Cunhane. Muito obrigado pela permissão. Gostaria de comentar acerca da parte de que fala da prevenção e combate as infecções de transmissão sexual. O meu pedido é que o projecto crie condições para distribuição de preservativos aos seus trabalhadores para garantir que as obras de construção de estrada terminassem e permitissem que as nossas irmãs e mulheres possam poder usufruir da estrada, pois sem os preservativos quando os trabalhadores vão confraternizar nas barracas e se envolve com as nossas mulheres e irmãs sem protecção e estas podem contrair doenças e morrer sem poder utilizar a estrada. Muito obrigado	
Nehemias Mungói – Técnico do Ministério da Terra e Ambiente (DINAB)	Cezaltina Matsinhe – Técnica da ANE, IP Sede
Boa tarde, eu chamo-me Nehemias Mungói, da Direcção Nacional do Ambiente do Ministério da Terra e Ambiente. Gostaria de ter esclarecimento sobre a apresentação do senhor Osvaldo Banze em relação ao Estudo de Impacto Ambiental. A primeira questão é sobre o valor do projecto, os 400 milhões são para todo o projecto ou uma parte dele. A segunda questão está relacionada com o cronograma de implementação. Quando é que começa e termina o projecto. O que é que vai ser feito até a entrega da obra a ANE. Falou superficialmente a questão das camaras de empréstimo. Eu gostaria de saber estão vão ser abertas porque tem de ter autorização das intuições competentes para exploração desses inertes. Gostaria de saber se esta inclusa no projecto da estrada a faixa de servidão que separa a berma da estrada até a entrada da comunidade. A sugestão que vou deixar aos consultores é da necessidade de ser utilizada uma linguagem mais simples e não técnica para a compreensão dos participantes. Muito obrigado!!	Boa tarde a todos presentes, meu nome é Cezaltina Matsinhe e sou técnica da ANE sede. Em relação a questão apresentada pelo colega Nehemias do ministério da terra e ambiente se os 400 milhões de dólares são de todo o projecto ou não. Gostaria de dizer que o processo de reabilitação da estrada N1 é considerado multifaseado, isto é, será feito em duas fases, sendo que nesta 1ª fase serão cobertos por estes 400 milhões de dólares, para um total de 3 províncias, nomeadamente Sofala, Zambézia e Cabo Delgado, sendo os troços de Inchope ate Caia, de Chiumuara ate Nicoadala e de Metoro até Pemba aqueles que serão intervencionados nesta fase. Uma particularidade deste projecto é que não considera apenas as obras civis de reabilitação da estrada, mas tem 5 componentes para sua efectivação de forma a agregara a componente económica e social, e as obras civis. Então, os 400 milhões de dólares é para cobrir cada uma das 5 componentes do projecto. Em relação ao início das obras, dizer que elas vão decorrer a partir de Maio de 2024 e tem a duração de 10 anos, dos quais a fase de reabilitação da estrada de 2 a 3 anos, seguidos de 7 a 8 anos para assegurar as manutenções da mesma, sendo por isso considerado um

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
	projecto de OPRC e parte dos 400 milhões de dólares serão utilizados para este efeito. Quanto a questão de uso de linguagem simples nas apresentações para maior percepção devo dizer muito obrigado por este reparo e ele foi acolhido. Penso que como o consultor esta aqui e ouviu pelo que espero que vai seguir esta recomendação nas próximas consultas, pois é muito importante que as comunidades possa entender o que esta sendo dito e por vezes eles tem algumas questões por apresentar mas como não percebe os termos técnicos acaba ficando em silencio, e acaba não havendo interação com o elemento principal para efectivação do projecto que é a comunidade. Muito obrigada Osvaldo Banze – Consultor da SWMoz-Svosve Em relação a questão do senhor Nehemias sobre as camaras de empréstimo, gostaria de dizer que nesta fase apenas identificamos áreas novas e outras em operação para camaras de empréstimo. Contudo, a decisão de utilizar as áreas identificadas para camaras de empréstimo será tomada pelo empreiteiro na fase de mobilização pois ela deverá avaliar a qualidade do material para utilização na obra e o processo de licenciamento das áreas não licenciadas será feito nessa fase, respeitando o que diz a lei.
Lecha Fernando – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Bom dia. Meu nome é Lecha Fernando e sou técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala. Levantei apenas para auxiliar num ponto relacionado com a gestão de resíduos sólidos e dizer que além de deposita-los em lugar apropriado, deve ser contratado um provedor de serviços especializado e licenciado para realizar o transporte e tratamento dos resíduos perigosos. Gostaria de saber se durante o levantamento foi acautelada a questão das áreas sagradas, pois para quem sai do Inchope a Gorongosa existe uma área sagrada (cemitério) e queria saber se	Muito obrigado colega Lecha pela questão apresentada, em relação a existência de um lugar sagrado a ser afectado pelo projecto. Gostaria de dizer que do levantamento realizado não foi identificado nenhum local sagrado (cemitério) dentro da zona de corredor de impacto da estrada, portanto, dentro dos 10 metros da berma da estrada. Assim, nenhuma medida de mitigação será adoptada para áreas sagradas Cezaltina Matsinhe – Técnica da ANE, IP Sede Em relação a questão apresentada pela colega Lecha relativa a gestão de resíduos sólidos e

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
ela está afectada e se sim qual é o tratamento que será dado área sagrada. Durante a apresentação falou da questão de entidades que farão a fiscalização dos impactos ambientais e no caso do Ministério de Terra e Ambiente tem a AQUA (Agência de Qualidade Ambiental) que vela pela fiscalização e auditorias ambientais. Muito obrigado!!	agradecer esta contribuição da senhora Lecha, digo que é facto importante que seja contratado um provedor de serviços para assegurar o transporte e manuseio dos resíduos sólidos. Um dos grandes problemas neste aspecto é que algumas províncias não tem um sistema robusto ou macro de gestão de resíduos sólidos, mas a pretensão do projecto é que este serviço seja realizado por provedores de serviços licenciados para o efeito por formas a evitar problemas na zona de implementação do projecto.
Marta Xavier Namburete – Técnica dos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Bom dia. Eu chamo-me Marta Xavier Namburete e sou técnica do Serviço Provincial de Ambiente de Sofala e também membro da comissão técnica provincial de acompanhamento e supervisão do reassentamento. Gostaria de parabenizar as apresentações e também de saber se durante o levantamento para o plano de reassentamento a equipa procurou saber as comunidades ou as pessoas afectadas tem bilhetes de identificação pois muitas destas pessoas não tem esta documentação e poderíamos utilizar esta oportunidade para sensibilizar as pessoas para emissão deste documento. Por outro lado, gostaria de saber se durante o levantamento das machambas afectadas a equipa este acompanhada pelos secretários do bairro, pois são estes que conhecem os verdadeiros donos, dado que existem pessoas que emprestam machambas para cultivar e quando passa uma equipa com a do projecto as pessoas podem dizer que são proprietárias das machambas, enquanto pediram emprestadas. Muito obrigada	Colega Marta! Considero que seria muito fazer este levantamento, mas infelizmente não incluímos a pergunta sobre a posse de bilhete de identificação no nosso questionário de levantamento sócio-económico. Entretanto, uma vez que processo de elaboração do plano de reassentamento é um acto contínuo quero acreditar que teremos um momento para recolher esta informação, principalmente na fase de negociação e assinatura de acordos de compensação. Quanto a sua sugestão relacionada com a inclusão dos secretários de bairro nos levantamentos sobre a área de machambas, devo dizer que ela é bem-vinda e fez parte da nossa metodologia de trabalho, uma vez que em todos os locais por onde a equipa de levantamento trabalhamos com os técnicos do SDAE e muito em particular com os líderes comunitários. Em momento algum fomos fazer levantamentos de dados sem a presença dos líderes comunitários em áreas de sua jurisdição. Por exemplo nas áreas de comércio ou mercados trabalhávamos com os chefes de mercado e comissão de vendedores que dizia que o sicrano e beltrano eram os proprietários das bancas ou barracas afectadas. Nas comunidades trabalhamos com os secretários de bairro ou chefes da aldeia.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Aurélío Atifo – Técnico do Ministério da Terra e Ambiente (MTA)	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Bom dia! Meu nome é Aurélío Atifo do Ministério da Terra e Ambiente. Em primeiro lugar gostaria de falar do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações, uma vez que quando se falou dele não ouvi falar do papel da comissão técnica de acompanhamento e supervisão de reassentamento ao nível do distrito que é criada no âmbito do reassentamento. Esta comissão tem pessoas indicadas pelos pelo administrador para defender os interesses da comunidade local. Neste caso, como a directora do SDPI de Gondola é nova, talvez não tenha conhecimento dizer que ela tem uma grande responsabilidade sobre esta comissão porque ela é que lidera e a comissão presta muito apoio ao administrador do distrito e também serve de elo de ligação entre a consultoria e o administrador Gostaria de saber do consultor se esta comissão já foi criada, uma vez que ela tem um grande papel na identificação dos espaços ou lugares de reassentamento pois fazem parte dela secretários de bairros, líderes comunitários, as pessoas afectadas, para além do governo do distrito	Em relação a questão o senhor Atifo sobre o mecanismo de gestão de queixas e reclamações, tenho a dizer que iniciamos nesta reunião o processo de disseminação do mecanismo de gestão de queixas e reclamações com a informação da existência de uma forma através da qual as comunidades podem apresentar as suas queixas ou reclamações e a linha verde tem esse propósito. Todavia, no âmbito de elaboração do plano de reassentamento uma das actividades é o desenho de um mecanismo de gestão de queixas e reclamações que seja efectivo, com as diferentes etapas de apresentação da reclamação, tempo necessário para resolução das queixas, e a quem são apresentadas as queixas e reclamações nos diferentes níveis.
Hebet Teresa – especialista em Saúde	Egídio Moraes – Delegado da ANE, IP em Sofala
Boa tarde. O meu nome é Hebet Teresa. Levantei para agradecer pelas apresentações que aqui foram feitas, assim como do projecto pela forma com foi elaborado que tomou em consideração questão de factores de riscos e as medidas de mitigação apresentadas. Tomando em consideração que algumas empreitadas já estão a trabalhar, sendo que em relação a área de saúde, temos os caso da Mota Engil que tem mais de 270 trabalhadores, mas as normas no concerne a questão de saúde estão fragilizadas e segundo a lei de trabalho eles deveriam ter um especialista de saúde a seu nível para responde a questão de acidentes ou outras eventualidades, mas eles não tem. Os kits de primeiro socorro também são outro problema que as empreitadas actualmente em	As questões apresentadas pelo senhor Hebet foram registadas por mim e acredito que também foram registados pelos outros colegas. Entretanto, gostaria de que dizer que o projecto inclui quase todos aspectos ligados a protecção e saúde dos trabalhadores, sendo que estes serão tomados em consideração durante a sua implementação. As liberdades de saúde e/ou ferias serão também verificadas. Entretanto, qualquer sugestão ou inquietação da comunidade ou dos trabalhadores das obras existe o mecanismo de gestão de queixas e reclamações que poderá ser utilizado para apresenta os problemas mencionados nas questões apresentas pelo senhor Ebete. Este é a minha contribuição e os outros colegas vão ajudar a esclarecer

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
implementação não tem, a excepção da ANE na ponte sobre o rio Metuchira. Estes kits e a existência de um especialista poderia assegurar melhor saúde para os trabalhadores. Eu gostaria de saber como será de facto mitigado o risco relacionado com a poluição do ar, uma vez que a maior parte das patologias de fórum respiratório são devido a poluição do ar. Nos costumamos ver camiões das obras carregados de areia que não estão coberto e provocam poeiras ou liberta que podem danificar as viaturas e causar acidentes. Assim, quais as estratégias que serão utilizadas pelos fiscalizadores deste projecto para assegurar todos estes riscos que poderão ocorrer nas estradas? Qual é a entidade que será responsável pela fiscalização de lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto, principalmente na componente da saúde do trabalhador. Temos casos em que pacientes que são portadores de doenças crónicas que estão a trabalhar em empreitadas que quando saem para ter o seu atendimento muitas vezes não o fazem devido ao medo de repreensão. Portanto, a necessidade do projecto acautelar este Pedir a entidade máxima da ANE aqui presente e junto do governo para terem conversa com os empreiteiros que estão no Inchope para que esteja claro o que deve ser feito para que o trabalhador goza de seus direitos de saúde pois estão a ser grosseiramente violados. Eu esperava aqui depois da minha última locução na 1ª consulta pública de que fariam o levantamento das unidades sanitárias próximos a área do trabalho para averiguar a sua capacidade prestar serviços de resposta aos acidentes rodoviários e de trabalho e o que seria melhorado para suprir as necessidades básicas de saúde e humanas, sendo que a promessa foi de que estes resultados poderia estar disponíveis nesta consulta pública. Quais são os benefícios que projecto traz na área de transporte para os serviços de saúde, uma vez que sabemos que o nosso serviço de saúde não dispõe de condições para providenciar respostas.	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
	Eu gostaria de intervir para responder a questão relacionada com o impacto do projecto na área da saúde. Gostaria de dizer que o nome do projecto é Estradas Seguras e Resilientes para Integração Social e Económica de Moçambique. Um projecto de estradas que tem a finalidade melhorar a integração social do país, logo a saúde sendo uma aspecto social no país fica salvaguardado com o projecto. Na condições actuais de estrada os carros andam devagar e mesmo as ambulâncias que geralmente devem andar a altas velocidades para salvar vidas, mas nas condições actuais anda mais devagar e a saúde poderá se beneficiar quando as ambulâncias andarem mais rápidas numa estrada boa e os doentes chegarem mais rápido as unidades sanitárias. Mais ainda, existe a componente 2 do projecto relativa a melhoria da segurança rodoviária cujo objectivo é evitar que o pessoal da saúde ande atras das pessoas vítimas de acidentes rodoviários e dedicar mais tempo aos doentes crónicos que precisam de tratamento, tais como diabéticos, controlo de tensão. João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve Quanto a questão apresentada pelo senhor Hebet sobre a avaliação da capacidade das unidades sanitárias em prestar resposta aos acidentes, gostaria de dizer que antes da realização dos estudos específicos que são o estudo de impacto ambiental e plano de acção de reassentamento foi conduzida uma avaliação social durante a fase de preparação dos documentos de salvaguardas do projecto, A avaliação social visava identificar as unidades sanitárias que estavam localizadas ao longo de estrada N1 para a partir daí definir as estratégias a serem adoptadas na implementar a componente 2 do projecto que é segurança rodoviária e a resposta aos acidentes. A avaliação das unidades sanitárias é ver a capacidade actual de resposta aos acidentes e quando foi realizada a avaliação social foram apresentadas propostas para

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Na componente de violência baseada no género, na 1ª consulta pública fora apresentadas resposta a algumas inquietações minhas mas que não me satisfizeram, na componente de mitigação. O que gostaria de saber é quais são as acções directas que serão implementadas para mitigar possíveis riscos nas nossas comunidades. Muito obrigado!	fortalecimento das capacidades das unidades sanitárias e também foi apresentado um orçamento tentativo de fortalecimento das unidades sanitárias. Assim, quando iniciar o processo de implementação do projecto, e porque a ANE não vai implementar componentes do projecto sem avaliar se elas são efectivas, então a ANE vai identificar uma área específica para uma fase piloto de implementação da subcomponente de respostas aos acidentes. Durante essa fase piloto a ANE vai aprofundar mais a avaliação detalhada da capacidade das unidades sanitárias e de algumas escolas para implementação da componente 2 do projecto. Muito obrigado Osvaldo Banze – Consultor da SWMoz-Svosve Quanto a questão do senhor Ebete referente a poluição do ar, já havia dito na apresentação que devem ser utilizadas redes durante o transporte dos solos para a obra. Entretanto, deve-se garantir que as especificações técnicas dos equipamentos que serão utilizados nas obras sejam descritos e façam parte dos documentos de concurso, aqui estamos a falar do nível de emissão de ruídos desses equipamentos. Mais ainda, durante a fase de construção da estrada o fiscal de obra deverá assegurar que os equipamentos que estão sendo utilizados pelo empreiteiro cumprem com as especificações técnicas que constam do documento de concurso e exigidos pelo proponente do projecto e que os níveis de emissão estejam dentro dos parâmetros estabelecidos. A outra forma que poderá ser utilizada para reduzir a poluição do ar é a supressão de poeiras através da rega e esta técnica é muito usada nos processos de obra no caso de abertura de desvios e exploração de camaras de empréstimo e saibreiras. Muito obrigado!!
Cambessa Vasco Tomocene – residente de Inchope	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Eu chamo-me Cambessa Vasco Tomocene e levantei para falar da questão de reassentamento, principalmente para os que estão afectados por perda de casas e barracas. Nos já temos experiencias do passado em que as pessoas foram destruídas suas infra-estruturas e não foram dadas áreas de reassentamento e acabaram falindo nos seus negócios, uma vez que receberam o valores e não foram dados espaço e meu receio é que aconteça o mesmo com estas pessoas afectadas. A outra questão que tenho é que foi dito aqui que a área necessária para o projecto é de 10 metros da berma da estrada. Para pessoas com terrenos maiores depois de 10 metros podem pensar que a área remanescente pode ser utilizada para construção de infra-estruturas, pelo que caso a ANE precisa de mais espaço é melhor dizer agora se vai-se precisar mais espaço para evitar que no futuro possam surgir problemas de necessidade de espaço. Eu já sofri que esta situação e acredito que podem existir outras pessoas a passar pela mesma situação Por fim, gostaria de pedir a ANE para colocação de iluminação na ponte, pois fica muito escuro de noite e existe muita bandidagem que ameaça a vida das pessoas devido a escuridão. Muito obrigado	Senhor Cambessa, este projecto é muito diferente do projecto de reabilitação da estrada N6, uma vez que o número de afectados neste projecto é muito baixo comparado com os afectados no projecto da estrada N6. Também durante a apresentação foram dadas a conhecer as propostas de áreas de reassentamento que foram indicadas pelos governos dos distritos em causa. E isso faz jus ao que foi dito pelo senhor Atifo de que é da responsabilidade dos governos distritais de Nhamatanda e Gondola identificar atempadamente as áreas de reassentamento para hospedar. O bairro de expansão de Inchope foi identificado para hospedar as comunidades e a zona da paragem será utilizado para reassentar os comerciantes. O que falta é fazermos a avaliação das áreas hospedeiras pois é difícil movimentar as pessoas para um lugar sem saber qual será o sentimento das pessoas que já vivem nesses lugares.
Aurelio Atifo – Técnico do Ministério da Terra e Ambiente	
Muito obrigado mais uma vez, gostaria de fazer um apelo aos governos do distrito de Nhamatanda e Gondola em relação a identificação das áreas para hospedar os reassentamento pois é sua responsabilidade apoiar o consultor e a ANE na identificação de áreas de reassentamento juntos dos lideres comunitários e os afectados, para que não se repita o que aconteceu na reabilitação da EN6, sendo que isto é de lei.	
José Andrade – representada da empresa Mocate	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Meu nome é José Andrade e sou representante da empresa Mocate que faz a gestão do sistema de abastecimento de água do Inchope. Nos temos duas condutas de água que atravessam a	Quanto a sua questão senhor José, dizer que as condutas a que se refere em princípio não serão afectadas.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
ponte grande e a outra pequena, assim gostaria de saber se elas serão afectadas ou não	
Aguida Inroga - Directora de SDPI de Gondola	
Muito obrigado pelas apresentações realizadas pela empresa de consultoria que o fez com todo o detalhe possível, assim como agradecer pelas contribuições dadas pelos participantes e os esclarecimentos feitos. Agradecer também a ANE que é proponente do projecto que ajudou a esclarecer os pontos apresentados pelos participantes e na minha opinião a consulta publica foi realizada com sucesso. Nada mais havendo, ou por encerrada esta sessão de 2ª consulta pública. Muito obrigada	

3.1.2 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gondola

Conforme mencionado, a reunião da 2ª Consulta Pública teve um nível de participação de 79 pessoas, das quais 60 homens e 19 mulheres, sendo que a lista de presenças esta abaixo assinada.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 4. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Gondola




**PROJECTO DE ESTRADAS SEGURAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE
(SRSEI-MPA)**

Sub-projecto das Obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1

**Estudo de Impacto Ambiental e Social, e Plano de Reassentamento no âmbito das obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1
- FASE I**

Lista de Participantes - 2ª Consulta Pública no Distrito de Gondola (Inchope)

11/12/2023

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
1	Verâncio Chacai Veremo	chefe P.O. Inchope	870110967		Verâncio Chacai Veremo
2	JOHANE TIMBANE MACOMBE	INCHOPE CONCESSÃO	865630122		JOHANE T. MACOMBE
3	Enavata José João	Inchope - líder	866824191		Enavata
4	António Sando	Inchope - líder	868685294		Sando
5	António Teófilo Macombe	Inchope - líder	844197161		António
6	Cristina Vasco Andre	C/Localidade Inchope	847390027		Cristina
7	Daniel Manuel Benise	Chefe da Local.	876041105		Benise
8	Armando Tenzit Bagu	Região de Alhamitanga	871267043		Armando
9	Roberto Brenda Sazaneti	Saphanda de Alhamitanga	879605582		Roberto Brenda
10	Samuel Imbani Noel	População de Inchope	846262534		Samuel
11	Teresa Eugénio Francisco	Inchope - Sede	842930401		Teresa
12	Hechemia Nungos	MIA/DINAB	842857793	munzinduni@gmail.com	Hechemia
13	José Daniel Borua	AVE IP	848543442	josedaniel@yahoo.com	José Daniel
14	Leah João Fernandes	SPA - Sede	845108722	leahfernandes@gmail.com	Leah
15	Marta X. Namburata	SPA - Sede	824846840	marta.namburata@gmail.com	Marta
16	Amelio Sifo	MIA/DINAB	848114370	ameliosifo@gmail.com	Amelio
17	Hebert Veremo	C-Sede Inchope	878100888	veremo30@gmail.com	Hebert

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
18	Abel António Mawu	ES Indiope	846650052		Abel
19	Edoardo Pires	Posto Policial	841228323		Edoardo
20	João Augusto Guib	Bundo de Estrela	842218925		João
21	Pacelo Domingos	Inchope	840133860		Pacelo
22	Beris Maciel	Inchope	84901958		Beris
23	Sérgio Guimarães	Inchope	846051646		Sérgio
24	Manuel Gomes Chamele	Inchope	842964296		Manuel
25	Camelense Vasco	Inchope	845237022		Camelense
26	Améida A. Cufu	Inchope	844198436		Améida
27	ANAR SAIPÉ	Inchope			ANAR
28	Mussaimara Ghinnica	Inchope	857527671		Mussaimara
29	Luís Tanuário	Inchope	849122844		Luís
30	Becas Richard de Bala	Inchope	876622170		Becas
31	Bento António Silva	Inchope	856792733		Bento
32	Julia 900 qm	Inchope, Cruz	840542162		Julia
33	Josei Nhandara Tenue	Inchope, Cruz	864322697		Josei
34	MARIA ZACARIAS	Inchope	848471404		MARIA
35	ELISA ZACARIAS	Inchope	848396785		ELISA
36	Agostinho da Julia Xavier	Inchope	847997350		Agostinho
37	Wafawelha	Inchope	841977841		Wafawelha
38	MARITO SIMION	ISHOP			MARITO
39	MOISE DAIELE CHAMBELE	ISHOP	875192796		MOISE
40	ISRAEL NTISI	ISHOP			ISRAEL
41	Agostinho Sebastião	Inchope	843506409		Agostinho
42	João E. Teco	Inchope	845020690		João
43	Manuel Augusto	Inchope	855990624		Manuel
44	HECTOR JAIME	4 NIE - 2014	876825412		HECTOR
45	Tirel R. Mochum	ANIE, 19 - 2014	842367250		Tirel

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
46	Hermenegildo E. Comanene	ANE, IP- sotele	846746911	hermendo.comanene@gmail.com	Hermendo
47	Albertho Bauer Almeida	ANE, CP- sotele	807141391	alberthobauer@yahoo.com	Albertho
48	Albano Marcelino Figueiredo		864841955	864841955	Albano Figueiredo
49	Colacio Harissone	CHIC	843854868	COLACIO.ALFREDO@GMAIL.COM	Colacio
50	Augusto Mario	Inchope	841499660		Augusto
51	Armando Nhambo		847328169		Armando
52	Virginia S.F. Nepom	Inchope	8421786		Virginia
53	Eva João Mingo	passos + Inchope	84413553	Eva Mingo 84413553	Eva
54	Belunha João	Inchope	84870494		Belunha
55	Sanguelane Viano	MFUM	8461000		Sanguelane
56	Wilde Rui Pandene	Bairro Tringandza	844178035		Wilde
57	Teresa Josefa	Inchope - sede	848421470	Siden - 12 est	Teresa
58	Paolo D. Estaque	Inchope sede	863133860		Paolo
59	Sonia Mates Luis	Inchope	865083690		Sonia
60	Grinha António Manuel	Inchope sede	848680209		Grinha
61	Benca Edro Domingos	Inchope	852648729		Benca
62	Zacarias Felix Samuel	Inchope Sede	825577750		Zacarias Felix
63	Paula Augusto Domingos	Inchope Sede	866592624		Paula
64	Rosário Sete Vinte	Apote economia	848609862	-	Rosário
65	Jose Carlos Fagundes	Inchope sede	844017678		Jose Carlos Fagundes
66	Cidália Beato	Flaputo FE	87887257	cidalia@fegov.org	Cidália
67	CASTRO Vasco Laise	SAPI-Gondola	867685750		Vasco
68	Dominó Dama	SAPI Gondola	866477980	dunmoredama@gmail.com	Dama
69	Cezarina Martonk	ANE, SP	870306081	cezary.jovoo@gmail.com	Cezarina
70	Mário Bando	PNB, IP	847104332	mariobandojunior@gmail.com	Mário
71	CECILIO GRACHANE	FE, FP	823084190	cecilio.grachane@fe.gu.mz	Grachane
72	FELIX MAPSANGANHE	ANE, IP	876359910		Felix
73	Oswaldo A. A. Barte	SUMAT	875255133	osvaldo.barte@gmail.com	Oswaldo

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
74	Filipe A. F. Gonçalves	Posto / Silvas	862811155		Filipe A. F. Gonçalves
75	João T. ANDRADE	Mocafe	845995814		João ANDRADE
76	Nelson Luis Aense	SAPI - Director	875131603	NLASENSA@GMAIL.COM	Nelson Luis Aense
77	Madalena P. S. Sal	Posto Sede	870529854		Madalena P. S. Sal
78	Luís Almeida Chadrone	SAPI - Alameda	879398261	salchadrone@gmail.com	Luís Almeida Chadrone
79	Agueda A. Sousa Incha	SAPI - Gondola	878784782		Agueda A. Sousa Incha
80					
81					
82					
83					
84					
85					
86					
87					
88					
89					
90					
91					
92					
93					
94					
95					
96					
97					
98					
99					
100					

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia**3.1.3 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gorongosa**

A segunda sessão da reunião de 2ª Consulta Pública na secção da Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km) teve lugar no Posto Administrativo de Gorongosa-Sede, Distrito de Gorongosa, tendo decorrido no dia 12/12/2023, entre às 11:00 – 14:00 horas, na sala de Sessões do Governo Distrital de Gorongosa. Esta reunião foi dirigida pela Excelentíssima Senhora Secretária Permanente do Distrito, em representação do Senhor Administrador do mesmo Distrito. A facilitação da reunião esteve na responsabilidade da SWMoz-Svosve, consultor contratado pela ANE, IP, e de acordo com a lista de presença assinada pelos participantes estiveram nesta reunião um total de 69 pessoas, das quais 55 homens e 14 mulheres (Figura 2).



Figura 2. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado Distrito de Gorongosa (Dezembro, 2023)

O decurso da sessão de reunião de 2ª consulta pública realizada no Distrito de Gorongosa, seguiu a agenda programada, que consta do Anexo 2A, tendo iniciado com o discurso de boas vindas aos participantes dada pelo Consultor e apresentação dos participantes. Em seguida, houve momento para o discurso de ocasião proferido pelo Delegado da ANE, IP na província de Sofala, o qual realçou que a 2ª reunião de consulta pública é realizada no seguimento da 1ª reunião realizada em Julho de 2023, na qual foi apresentado o projecto de reabilitação da estrada N1 e da necessidade de realização de estudos para avaliação do impacto ambiental e elaboração do plano de acção de reassentamento. O mesmo destacou a necessidade de os participantes serem mais interventivos e apresentar as suas preocupações em relação ao projecto.

Em seguida, tomou a palavra o Presidente do Conselho Autárquico da Vila de Gorongosa, o qual fez o seu discurso de ocasião começando com uma saudação especial e dando as boas vindas a todos participantes ao Distrito. Depois, fez a apresentação dos representantes do Posto Administrativo de Inchope presentes na reunião e desejo uma reunião frutífera a todos. O momento de discursos de ocasião encerrou com a intervenção da Excelentíssima Senhora

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Secretária Permanente do Distrito de Gorongosa, em representação do Excelentíssimo Senhor Administrador do Distrito, tendo esta dado as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do projecto de reabilitação da estrada N1, a qual vai melhorar a transitabilidade de pessoas e bens do sul a norte do país. No seguimento do seu discurso a Excelentíssima Senhora Secretária Permanente do Distrito pediu a que todos os participantes prestassem atenção as apresentações que serão realizadas pelo consultor e registo de todas as inquietações que os participantes possam ter para apresentá-las durante a etapa de comentários e sugestões, tendo encerrado o seu discurso de ocasião com a declaração de abertura da sessão de consulta pública.

Em seguida, o representante da ANE, IP a nível Central fez apresentação detalhada do projecto SRSEI-MPA, destacando seus objectivos e as componentes do mesmo, tendo aproveitado a ocasião para informar que no âmbito da componente 2 do projecto será feita no mês de Janeiro de 2024, a identificação das mulheres e jovens que poderão integrar os grupos de mulheres que serão capacitadas e dotadas de instrumentos de trabalho para providenciar serviços de manutenção de estradas vicinais, solicitando deste modo a identificação de um potencial ponto focal apoiar a equipa da ANE, IP. Depois, o consultor contratado pela ANE, IP tomou da palavra e fez a apresentação dos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) que foram submetidos aos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala. O consultor finalizou a sua apresentação dando a conhecer aos participantes que está em preparação um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) para o projecto, que será parte integrante do Plano de Acção de Reassentamento, mas que actualmente existe um linha verde estabelecida pelo projecto para apresentação das queixas e reclamação nesta fase de elaboração dos instrumentos de salvaguardas (EIAS e PAR). A fase de apresentações dos resultados do EIAS e do RLFSE terminou com a intervenção do Especialista em Violência Baseada no Género (VBG) do projecto que falou da importância do MGQR como meio para reportar casos de VBG, Exploração Sexual e outros relacionados com o projecto nas suas diferentes fases, assim como informou que a linha verde para apresentação de queixas e reclamações na província de Sofala é o número 849393, sendo que as chamadas efectuadas para esta linha são grátis. Por fim, seguiu-se a fase de discussão, comentários e sugestões das apresentações feitas e do projecto SRSEI-MPA no seu todo, acto que teve a moderação da Excelentíssima Senhora Permanente do Distrito de Gorongosa, cujo extracto das discussões havidas é apresentado a seguir na tabela 5.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia*Tabela 5. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Gorongosa*

Data: 12/12/2023	Duração: 09:00 – 11:30 Horas
Sessão: Única	Facilitador: SWMoz-Svosve

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Angelo Levi – representante do Parque Nacional da Gorongosa	Felix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Ângelo Levi e trabalho para o Parque nacional de Gorongosa. Quero agradecer pelo convite feito ao Parque Nacional de Gorongosa para participar desta reunião de consulta pública e pela qualidade apresentações feitas, que foram muito boas. Queria que recuar um pouco quando o delegado da ANE falou que seria implacável com as pessoas que mais tarde que fazem a implantação de novas construções na mesmo depois de levantamento pois isto tem afectado o desenvolvimento e a implantação de várias infra-estruturas públicas. Isso traz uma missão para as instituições com responsabilidade de fiscalizar e controlar estas construções não legais devem fazer o seu papel. Fiquei satisfeito pelo facto das minhas expectativas para esta reunião terem sido alcançadas, uma vez que as medidas de mitigação propostas para os impactos ambientais e sociais são muito boas e recomendáveis e em particular para aquelas directamente ligadas as actividades desenvolvidas pelo Parque Nacional de Gorongosa, mas o grande desafio é como implementar, como tornar-las efectivas. É mencionado que com o projecto haverá mais necessidade de carne, isso é verdade e vai causar o aumento da caça furtiva. O combustível lenhoso será explorado sem observar o valor económico e cultural das árvores devido a necessidade de fogo para cozinhar e aquecimento de água para banho, portanto o corte de árvores vai ocorrer. Um outro aspecto relevante que não pude ver na apresentação é a introdução de espécie exóticas devido a vinda de pessoas de outras origens. Normalmente, dá-se primazia a flora mas existe também a fauna pois poderão ser introduzidas espécies exóticas da fauna que são os animais	Meu nome é Félix Mapsanganhe e sou técnico da ANE e no projecto sou o coordenador ambiental e social. Caro Ângelo Levi, queremos agradecer pelos comentários apresentados e na 1ª consulta pública tivemos falta dessas intervenções. Gostaríamos de assegurar que iremos trabalhar com os nossos empreiteiro para que evitem estabelecer seus acampamentos na área do Parque Nacional de Gorongosa, assim como sensibiliza-los para que não utilizar a área do parque para extração do saibro e outros inertes para o projecto. Em relação ao ponto sobre a criação da equipa conjunta para monitoria da implementação das medidas de mitigação é um ponto acolhido por nós como ANE e brevemente entraremos em contacto com o Parque para esse efeito. Também gostaria de sugerir que nas comissões de acompanhamento e supervisão de reassentamento poderia incluir pessoal do Parque Nacional de Gorongosa para poder ajuizar no processo.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
domésticos que podem introduzir doenças para os animais bravios do Parque Nacional de Gorongosa, que podem afectar todos os animais do Parque e é preciso realçar no estudo de impacto ambiental. Portanto, existe a necessidade de ver que animais domésticos poderão ser introduzidos na zona do parque. Gostaria também realçar que sendo o Parque Nacional de Gorongosa uma área de protecção total e completa vamos evitar no máximo a implantação de acampamentos ou estaleiros na área do Parque, assim não devem ser abertas áreas para extracção dos materiais para as obras, pois sendo área de protecção total e completa não deve ser extraído nenhum recurso. O projecto parte de Inchope até Caia, portanto toda a extensão da zona tampão do Parque Nacional de Gorongosa, isto mostra um interesse nosso pelo acompanhamento do projecto e pela importância e impacto que o projecto pode ter para o Parque gostaria que fosse constituída uma equipa conjunta que periodicamente possa reunir e verificar se as medidas propostas nos estudos para mitigação dos impactos estão ser devidamente implementadas e ver qual é o apoio que o Parque Nacional de Gorongosa pode dar a ANE ou aos consultores para que tudo o que foi escrito no plano de gestão possa ser efectivamente implementado. Muito obrigado	
Marta Namburete – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Bom dia! Eu chamo-me Marta Xavier Namburete sou técnica dos Serviços Provinciais do Ambiente e membro da Comissão Técnica Provincial de Acompanhamento e Supervisão de Reassentamento. Acompanhei aqui o consultor a dizer que existe 3 pessoas afectadas no distrito de Marromeu. Gostaria de saber se o distrito de Marromeu faz parte da lista dos distritos que vão receber as consultas públicas para este projecto? Também foi dito que durante o inquérito sócio-económico os afectados eram questionados qual é a forma de compensação que gostaria de receber, se queria valores monetários ou uma casa. Gostaria de dizer que de acordo com o Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto está	Em relação a questão que apresenta sobre a inclusão ou não de Marromeu nas consultas públicas, devo dizer que não está incluído o distrito nestas consultas públicas, pois até nos fomos surpreendidos durante o levantamento físico e sócio-económico com a informação de que a zona de cruzamento para Marromeu pertence ao distrito de Marromeu. Entretanto, o plano de engajamento destas pessoas no projecto será feito através de reuniões comunitárias que realizar nas fases subsequentes de elaboração do plano de reassentamento para partilha de informações sobre o projecto pois o plano de consultas públicas foi desenhado para os distritos de

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
plasmado que a compensação pela afectação de uma casa não deve ser feito por valores monetários, mas sim que deve ser por uma outra habitação, pois não devemos tirar pessoas de uma casa e dar dinheiro porque existem famílias que pode não conseguir construir uma casa.	Gondola, Nhamatanda, Gorongosa, Maringué, Cheringoma e Caia. Em relação a questão de que apresenta sobre o questionamento dos afectados nas formas de compensação, gostaria de dizer que esta questão foi colocada no questionário apenas para sentir o pulsar ou tendência do pensamento inicial dos respondentes sobre as diferentes formas de compensação de perdas. Em termos práticos, este plano é elaborado com base na legislação nacional pelo que nos casos em que tivermos alguém que vai perder um casa e dizer que gostaria de receber a compensação monetária, recorreremos a lei para mostrar que nesses casos a sua compensação será por uma outra residência
Aurélio Atifo – Técnico do Ministério da Terra e Ambiente	Sabete Belicha Morais – Presidente do Conselho Municipal da Vila de Gorongosa
Eu chamo-me Aurélio Atifo e sou técnico do Ministério da Terra e Ambiente. O meu nome é Aurelio Atifo e sou técnico Em primeiro lugar gostaria de saber se o conselho municipal da vila de Gorongosa está aqui representado, uma vez que nas apresentações não ouvi nenhuma pessoa do Município. Em segundo lugar, gostaria de falar sobre a constituição das comissões distritais de apoio do processo de reassentamento. Neste caso, o presidente do Município tem a responsabilidade de criação de comissão de nível municipal e o Administrador do distrito tem a responsabilidade de criar da comissão de nível distrital. Esta comissão de apoio serve de elo de ligação entre proponente do projecto e o Administrador, pois existe alguns aspectos pontuais que podem não ser comunicados através da linha verde e serem resolvidos pontualmente e o processo de reassentamento continuar sem sobressaltos	Muito obrigado! Meu nome é Sabete Elichia Morais e sou presidente do Conselho Autárquico da Vila de Gorongosa. Infelizmente recebemos o convite e não podemos estar a tempo das apresentações pois o colega vereador Zotopera deveria representar o Município no pode comparecer, mas o Município da Vila Autárquica de Gorongosa está aqui representado. Ademais, o município esta a par dos documentos apresentados tanto que as zonas que foram indicadas com locais de reassentamento foram identificadas pelo município.
Marta Namburete – Chefe da Localidade de Púngue	
Gostaria de acrescentar o que o meu colega falou sobre as comissões de apoio ao reassentamento. Dizer que as comissões de nível distrital são constituídas pelo director Distrital do Planeamento e Infra-estruturas (SDPI e Director do Serviço Distrital de Actividades Económicas	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
(SDAE), sendo que caso existe um projecto no sector de saúde então a comissão de apoio vai integrar do Director dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS). Entretanto, o director do SDPI é quem preside a comissão de nível distrital e a comissão deve sempre trabalhar com a comissão de nível provincial e caso haja dificuldades podem contactar a comissão de nível provincial para alguma assessoria.	
Luis Muhaquia - Líder comunitário do Bairro 3 de Fevereiro	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Bom dia chamo-se Luis Muhaquia sou director dos Serviços Distrital de Educação Juventude e Tecnologias (SDEJT). Eu levantei apenas para questionar acerca dos planos de mitigação. Por vezes temos observado casos desvios de aplicação, como é o caso de desvio de material de construção para outros fins, portanto gostaria de saber se existe um plano de mitigação para estes casos. Não consegui entender sobre os prazos previstos para a implementação do projecto, concretamente em relação a reabilitação da estrada N1. Mais ainda, não consegui entender quais são os prazos previstos para implementação do plano de reassentamento.	Gostaria de responder a questão apresentada pelo senhor Luis sobre a possibilidade de ocorrência de desvio de aplicação dos fundos e dizer que este é uma preocupação que acolhemos muito bem e realçar que este problema crónico no país, mas neste projecto estaremos muito atentos a este fenómeno, pois existem uma preocupação do governo de que estrada reabilitada esteja lá. Em relação aos prazos, tenho a dizer que as obras vão iniciar em Maio de 2024, pois esta é planificação inicial. As obras terão a duração de 2 anos fase de construção, estamos neste momento a ver alguns detalhes para a fase de construção. Os restantes 8 anos para completar um total de 10 anos serão reservados a manutenção, sendo que esta é uma abordagem nova de construção de estradas pois o mesmo empreiteiro além de construção vai garantir as respectivas manutenções.
António Santos Sebastião – comerciante do distrito de Gorongosa	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Muito obrigado. Eu chamo António Santos Sebastião e sou agente económico do distrito de Gorongosa. Apenas levantei para pedir que dentro do plano do projecto que a ANE não venha nas correrias, deve informar as pessoas com antecedência para a remoção das barracas e concordar com o senhor director da Educação que é preciso ter prazos claros e que permitam que sejam suficientemente longos para remoção da grande quantidades de barracas que existe	Em relação a questão de reassentamento, gostaria de informar que a proposta inicial é que compensações sejam realizadas no mês de Março de 2024, sendo que assim que o afectado é pago a compensação é dado uma carta de compromisso na qual é dado 30 dias para abandonar a área do projecto. Entretanto, gostaria de assegurar que nenhum afectado será tirado de forma violenta. Entretanto, caso haja algum constrangimento para executar o compromisso a comissão de reassentamento

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Mais ainda, foi dito aqui que as obras podem decorrer de boas maneiras, mas que futuramente as pessoas poderão regressar mas não devem afectar a zonas de conservação. Por fim, quero dizer que o projecto é bem-vindo uma vez que vai ajudar a transitabilidade e mesmo ontem viajei de Beira para Gorongosa sem muitos sobressaltos, entretanto quando o projecto verdadeiro chegar deverá ter uma boa equipa de fiscalização para garantir uma boa estrada e evitar a degradação precoce Em relação a linha verde, gostaria de dizer a equipa da ANE tenha muita atenção pois existem pessoas de má-fé que podem fazer mau uso da linha verde, portanto, devo concordar com o técnico do ministério de terra e ambiente que existem questões que podem ser tratadas localmente e não precisam ser apresentadas na linha verde. Muito obrigado	poderá assistir o afectado na resolução deste constrangimento.
	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
	Muito obrigado pela palavra! Eu gostaria de dizer que este projecto contrariamente aos outros projectos de estradas em Moçambique, foi designado de Estradas Seguras e Resilientes para Integração Social e Económica de Moçambique, portanto, a ideia é levar todos no mesmo barco, de tal modo que tudo tem que andar depressa, mas o colega António disse que a ANE deve ter calma, mas o governo diz que estamos atrasados e é importante saber que os recursos para o projecto estão disponíveis e não existe nenhuma razão para tornar o processo mais lento e atrasar no processo de início das obras.
Maria da Graça Bila – Chefe do Posto Administrativo de Pungué	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
	Quanto a questão levantada pelo senhor Santos de que a ANE não pode fazer as coisas com pressa e optar pela retirada violenta das pessoas. Devo dizer que o plano de compensação esta sendo elaborado seguindo a legislação nacional nenhum interveniente no processo tem o poder para forçar a retirada das pessoas afectadas, sendo que estas consultas públicas é para ir informando as pessoas sobre as acções do projecto. A lei é clara e mencionada que apos o pagamento da compensação existe um prazo máximo de 60 dias para os afectados desocuparem a área do projecto e assim poderá se proceder.
	Egídio Moraes – Delegado da ANE, IP Sofala
Bom dia! Eu sou Maria da Graça Bila, sou chefe da localidade de Pungué. Gostaria de falar sobre o rio Pungue e dizer que ponte sobre o rio Pungue tem tido muitos acidentes pelo lado de Nhamatanda e portanto gostaria que a ANE pudesse melhorar a sinalização com a melhoria da estrada e também poderia fazer uma	Em relação a questão da ponte sobre o rio Pungué apresentada pela senhora chefe da localidade, nós acolhemos a ideia de melhorar a sinalização e também das intervenções na estrutura da ponte e junto com o consultor poderemos ver o que fazer. Felix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
manutenção da ponte pois ela sofreu muito com o ciclone Idai.	Em relação a questão da segurança rodoviária, quero dizer que dentre as 5 componentes do projecto existe uma componente relativa a segurança rodoviária que estará baseado no INATRO, IP que vai trabalhar em coordenação com a ANE, IP e governos locais para garantir a segurança das estradas. Já existe um orçamento assegurado e que será gerido directamente pelo INATRO Quero aproveitar falar 1 pouco da componente 2 do projecto que visa garantir a manutenção das estradas terciárias e também vai financiar o empoderamento de mulher e integração do género no projecto. Assim, a partir de hoje pedimos aos serviços distritais de planeamento e infra-estruturas para fornecer o contacto de um ponto focal para apoiar na identificação de grupos de mulheres que podem ser potenciados para o projecto. Assim, o SDPI deverá ficar a identificar os grupos de mulheres e elas poderão ter a oportunidade de dizer que tipo de actividades elas podem realizar dentro do projecto. No próximo mês de Janeiro vira uma equipa da ANE que devera trabalhar com estes grupos de mulheres, sendo que o levantamento devera ser feito com apoio da liderança local.
Jose Chigarire Armando – Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas	
Bom dia! Meu nome Jose Chigarire Armando e sou director do Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas. Gostaria de acrescentar acerca do que a senhora chefe da localidade de Pungué sobre os acidentes que ocorrem no acesso a ponte sobre o rio Pungué, existe a necessidade de serem colocadas lombas que fazem barulhos (bandas sonoras) e melhoria da sinalização a indicar a aproximação da ponte pois da forma como ela foi construída existe a necessidade de sinalização de chamada de atenção. Mais ainda, depois do rio Pungué na entrada da localidade na zona do rio Mussalo existe uma ponteca que é estreita e acho deveria ser alargada um pouco mais.	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Concordei com a ideia de colocação de limites de velocidade na zona de travessia de animais e de placas de chamada de atenção de aproximação a local de travessia de animais, para evitar acidentes e já aconteceu isso no passado onde uma viatura da educação acabou capotando Em relação ao reassentamento é importante para permitir que os trabalhos decorram sem sobressaltos, pois se as senhoras que vendem refeições naquela local continuassem nesses lugares as refeições poderia ter problemas de poeiras causadas pelas máquinas do empreiteiro e estariam poluídas. Então estou feliz porque os consultores conseguiram identificar áreas alternativas para o reassentamento sendo que a zona de Madibe para área habitacional e para o comércio temos a zona para quem vai a Vunduzi nos desvio para estrada regional 564 No que concerne a comissão distrital de reassentamento, eu gostaria que na área municipal além das entidades que normalmente fazem parte deve-se incluir o município como membro da comissão. Muito obrigado	
Sabete Elichá Morais – Presidente do Conselho Municipal da Vila de Gorongosa	
O projecto é bem-vindo pois a estrada na área municipal com buracos propícia a ocorrência de acidentes. Os documentos apresentados foram bem elaborados e agradeço muito, pois os mesmos fazem menção a vida social do distrito uma vez que mencionam que existem riscos de ocorrência de problemas sociais como possibilidade de divórcios e a questão de ocorrência de doenças, podendo causar até mortes. Eu gostaria de deixar um apelo aos projectista do projecto, uma vez que quando são feitos os mapas de quantidade por exemplos nas pontecas faz com as Manilhas que são construídas não permitem a vazão das águas, portanto, gostaríamos que no momento de elaboração do projecto executivo devem avaliar o tipo de anilhas a serem colocadas principalmente na área municipal.	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Gostaríamos que durante a fase de reabilitação da estrada N1 nas entradas das vias municipais fossem deixados pelo menos 5 metros asfaltados para que o município possa dar continuidade na reabilitação e impedir que a erosão possa fazer estragos maiores O município vai continuar a procurar outros espaços alternativos para o reassentamento, sendo que quando voltarem para fazer as avaliações devem avisar com antecedência pois o município tem muito espaço, que podem na estará localizados ao longo da estrada N1. Muito obrigado!!	
Cecilio Grachane - Técnico do Fundo de Estrada Sede	João Mudema - Consultor da SWMoz-Svosve
Um aspecto que eu gostaria de realçar aqui e que foi mencionado pelo representantes dos Serviços Provinciais de Ambiente de que é de o que é lei deve ser cumprido. Portanto, é de lei deixar a área de reserva de estrada livre e qualquer iniciativa visando este propósito para deixar as nossas estradas seguras deve ser acatada. Uma parte substancial dos valores alocados para o projecto deverão ser utilizadas para os reassentamentos, pelo ao cumprir a lei não teríamos problemas de falta de recursos e atrasos na implementação do projecto e queremos pedir aos agentes económicos para acatar a mensagem de desocupação da área de reserva da estrada e fazer chegar esta mensagem aos outros agentes económicos que não estão presentes nesta reunião. Por fim, gostaria de solicitar que nos fosse apresentado o plano de realização de consultas públicas como forma de ajudar a estabelecer os prazos para o projecto. Muito obrigado	Em relação a solicitação de apresentação do plano de consultas públicas, julgo que esta associada a questão dos prazos para implementação do projecto. Neste momento estão a realizar a reunião de 2ª consulta pública, na qual queríamos partilhar os resultados do levantamento físico e sócio-económico e as propostas de áreas de reassentamento. Mas depois desta consulta, teremos mais 2 consultas públicas, sendo uma em finais de Janeiro para apresentação do plano de reassentamento e depois muito rapidamente teremos a 4ª e ultima consulta que é para apresentar o plano de implementação do reassentamento, e como o colega Felix falou existe este plano inicial de as compensações serem pagas no mês de Marco de 2024, para que em Maio de 2024 as obras possam arrancar. Agora, em relação as actividades imediatamente a seguir para a elaboração do plano de reassentamento teremos uma sessão de negociação e assinatura de acordos de compensação e os distritos serão avisados sobre esta actividade e feito isto teremos o documento pronto para sua aprovação.
Aurélio Atifo – Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala	
Boa tarde mais uma vez!! Meu nome é Aurélio Atifo do Gostaria de recordar aos presentes que a lei de terras esta em revisão e já tivemos a primeira versão e penso que na próxima semana	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
teremos inicio de algumas consultas publicas. Nesta proposta de lei existe um artigo que me chamou atenção que diz que quem construir na área de protecção parcial, tais com linhas de alta tensão, reservas de estrada não será compensado e sua infra-estrutura será destruída sem nenhuma negociação com forma de reduzir os custos de reabilitação de infra-estruturas públicas. Muito obrigado!	
Marta Namburete – Técnica dos Serviços Provinciais do Ambiente	
Eu levantei para dar uma sugestão ao distrito e ao Município para implementar os seus planos distritais de uso de terra (PDUT) e plano de estrutura urbana (PEU) que são planos macros como forma de evitar a ocupação as zonas de protecção parcial. Por exemplo nas zonas onde temos os PT que estão próximos as estradas e em coordenação com a ANE que vai fazer a reabilitação da estrada N1 aproveitar pedir para abrir as estradas secundárias, pois quando se elaboram os planos de pormenor geralmente são os técnicos que indicam as áreas e portanto deverão evitar indicar a áreas de protecção parcial para evitar futuros constrangimentos. Muito obrigada!!	
Marta Namburete – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala	Egídio Morais – Delegado da ANE, IP em Sofala
Muito obrigada e novamente bom dia! Em relação a resposta apresentada sobre a não inclusão do distrito de Marromeu nas reuniões de consulta, gostaria de dizer que no troço entre o desvio de Marromeu até a ponte existe um plano de pormenor que foi elaborado em 2013 e quero acreditar que já podem ter terrenos distribuídos. Ademais, tem a sede da localidade de Ponda cujo limite da área de sede da localidade vai até a estrada N1. Portanto, gostaria de sugerir que as consultas públicas também fossem estendidas até Marromeu, pois caso acontece algo durante a implementação do reassentamento e do projecto e ocorrer algum problema a quem vai-se comunicar se o distrito não estar envolvido.	Muito obrigado! Vamos acolher esta preocupação e com o consultor poderemos articular para saber como proceder. Todavia, podemos optar por fazer uma comunicação ao governo do distrito sobre o projecto e existência de pessoas afectadas e depois termos reuniões comunitárias com os líderes comunitários locais e os afectados. Mas também podemos incluir os afectados nas próximas consultas públicas por convida-los a participar nas reuniões que vão se realizar no distrito de Cheringoma. Mas a preocupação esta acolhida. Muito obrigado
Lecha Fernando – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
Muito bom! Aqui é Lecha Fernando técnica dos Serviços Provinciais do Ambiente. Eu pensei que tudo já foi dito nesta sessão de consulta pública, mas queria acrescentar que é importante evitar qualquer tipo de conflito. Uma vez que temos muitas actividades que vão ser realizadas existe a necessidade de trabalhar em coordenação com o governo do distrito, líderes comunitários e os demais para evitar a ocorrência de qualquer tipo de conflito	
Secretária Permanente do Distrito de Gorongosa	
Muito obrigado senhor Delegado da ANE e ao Presidente do Conselho Municipal da Vila de Gorongosa, e a todos aqui presentes. Chegamos a esta fase terminamos a nossa consulta pública. Agradecer aos consultores pela forma didática e resumida como apresentaram o projecto e também agradecer a todos os participantes nesta reunião, em particular aos líderes comunitários e pedir que estes divulguem o que foi aqui discutido aos membros das suas comunidades. Gostaria de recordar a liderança local para sensibilizar as populações para se retirarem das zonas pertencentes para sua retirada pacífica, pois isto vai contribuir para a realização do projecto que é muito importante para o país inteiro, uma vez que vai melhorar a transitabilidade Propomos que seja seleccionada uma fiscalização séria e idónea de modo a não comprometer a qualidade da obras. As contratações de trabalhadores deve ter em conta a equidade de género e priorize os nativos para evitar experiencias anteriores de presença de maior parte de mão-de-obra vindo de fora do distrito. O projecto seja justo na indemnização das pessoas afectadas para evitar que hajam conflitos com o projecto. Que seja implementados todos os programas do plano de gestão ambiental, uma vez que serão utilizados equipamentos que podem causar poluição, assim como poderão ser abatidas	

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS
algumas árvores e o projecto deverá pensar na sua reposição. Portanto, dito isto declaro encerrada a sessão de 2ª consulta pública para o projecto de reabilitacao da estrada N1. Muito obrigada!!	

3.1.4 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Gorongosa

A sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizada no distrito de Gorongosa teve um nível de participação de 69 pessoas, das quais 55 homens e 14 mulheres, sendo que a lista de presenças está abaixo assinada.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 6. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Gorongosa




PROJECTO DE ESTRADAS SEGURAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (SRSEI-MPA)

Sub-projecto das Obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1

Estudo de Impacto Ambiental e Social, e Plano de Reassentamento no âmbito das obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1 - FASE I

Lista de Participantes - 2ª Consulta Pública no Distrito de Gorongosa 12/12/2023

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
1					
2					
3					
4	Egídio Moraes	ANE, IP Sefala	861612063	erodriguesmoraes@yaleto.com	Egídio Moraes
5	Tepe Luis Pito	SOSMA S G	845619902	tepe.luis@gmail.com	Tepe Luis Pito
6	M. J. Sane Raiz	PRM - Gorongosa	86655060	m.j.sane.raiz@gmail.com	M. J. Sane Raiz
7	Franque da Costa	Escola	879416650		Franque da Costa
8	João Carlos Cardoso	comercio	875061834		
9	Samuel Carlos Cardoso	Comércio	876455345		Cardoso
10	Guarésio da Silva	Sabonete	86879316		Guarésio da Silva
11	MOHAMMED HADISH	LOJA	867041972		Hadish
12	Maria da Graça Braz	Piquete - sede	877871753	Maria da Graça Braz	JA
13	MARCELIÑO GUEBANE	Piquete	876774454		MARCELIÑO
14	MARIO CHIMUATO	Piquete	878120702		MARIO CHIMUATO
15	CONTINHA CREVA Charles	Yundizi	875376216	continha creva	Charles C.
16	Timotio Oliva Alves	CAVARO	863035864		Timotio Oliva
17	MARIO Faeta Sabonete	CAVARO	873209940		MARIO Faeta Sabonete

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
46	Santos Matias Sumarez	Comércio	866766893		Santos M. Sumarez
47	Cidália Benta	Irado de Esclad	823872572	cidali-@fe.gov.mz	Cidália
48	Amendo Adriano	Tigamonela	879748335		Amendo Adriano
49	Paulo Nhambos Francisco	Tazaronda	879401302	Paulo Nhambos	Nhambos
50	Avellino	Vila Sede	857577371		Avellino
51	Ana Paula Victor Eugénio	Vila Sede	865006566		Ana Paula Victor
52	Felix Mucudoza	Vila Sede	874599726		Mucudoza
53	Lech João Alexandre	SPA - Sofala	845108122	lech.fervende@gmail.com	Lech
54	João Daniel Bins	ANE/Sofala	848543442	joedanielbins@yahoo.com.br	João
55	Helena Mungai	MIA/DINAB	842577773	munghelena@gmail.com	Helena
56	Angelo Lou	PM Gorongosa	828481450	angelolou@gmail.com	Angelo
57	Alfredo	MIA/INOT	848114370	alfredosilva@gmail.com	Alfredo
58	Marta Xavier Nambure	SPA - Sofala	870800077	marta.nambure@gmail.com	Marta
59	Mano Bango	ANE	847101330	mano.bango@gmail.com	Mano
60	Frete P. Bando	ANIP - J. A. H.	842367260	frete.p.bando@gmail.com	Frete
61	CECILIO GRACHANE	FE, FP	823084190	cgrachane@fe.gov.mz	Grachane
62	Benedicta Thoma	SP - Gorongosa	873790492	benedita.thoma@gmail.com	Benedicta
63	Sabete Wicks Morris	Presidente CUNB	871598880	mhswm@gmail.com	Sabete
64	Alcides António Salomão	Chefe do Posto	864722777	Salomão	Alcides
65	PRINCE SAMUEL MATEUS	Comerciante	868130947	Prince Last 111@gmail.com	Prince
66	Prince James Mateus	Agente de comércio	844627272		Prince
67	Natan Lázaro Lucas	SAEST	873776150	natan.lazarolucas@gmail.com	Natan
68	Cristina Nhambundo	GADG	840103371	CristinaNhambundo@gmail.com	Cristina
69	Lele Alberto Luis	Vila Sede	875388531	Lelealbertoluis@gmail.com	Lele
70	Leandro Fernando Ginga	Vila Sede	861264099	(Eufes)	Eufes
71	Cezaria Soares Matias	ANIP	810306081	cezaria.soares@gmail.com	Cezaria
72	André A. A. Bata	Sumo 7 Sogus	875255133	andrea.bata@gmail.com	Bata
73					

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
18	Claudia José José	Vila sede	876405805		Claudia J. José
19	Lucia M. Maguissua	Vila sede	810531772		Lucia M. Maguissua
20	Saida Joaquim	Ganda			Saida Joaquim
21	SAMUEL BENA ALFIEIRA	Vila sede	861211850		SAMUEL BENA ALFIEIRA
22	Colacio Harissone	CHCO	843854868	colacio.alfredo@gmail.com	Colacio Harissone
23	M/D Saiful Islam	Gawargah	868577497		M/D Saiful Islam
24	Gana Bulande Luis	Vila sede	872677542		Gana Bulande Luis
25	Simão Luis Simone	Vila sede	87488242		Simão Luis Simone
26	Thermeneilde C. Conangone	ANE, IP - Sofre	846746711	Conangone@gmail.com	Thermeneilde C. Conangone
27	Albertina Bacar Almerq	ANE, IP - Sofre	877141392	albertina.bacar@gmail.com	Albertina Bacar Almerq
28	HEPHER JAME	ANE, IP - Sofre	876825913		HEPHER JAME
29	ERNESTO BONJER MUNDOS	Vila de Geringosa	867798884		ERNESTO BONJER MUNDOS
30	Chibanga C. Sabe Macana	Bairro 3 de Fervor	840334781	Chibangamanga@gmail.com	Chibanga C. Sabe Macana
31	Rosane Azevedo Azevedo	Sec. Aerodromo	871344750		Rosane Azevedo Azevedo
32	Citânia Chachegre Devo	Sec. da Limpeza Urbana	84124892		Citânia Chachegre Devo
33	Rita Rina Antão	Sec. B. M. do Jato	87917796		Rita Rina Antão
34	Jordão Francisco Almeida	S.C.B.F. Mandume	867738435		Jordão Francisco Almeida
35	Nzoro Zegria Vardinho	S.B. Nhataca-2	867331485		Nzoro Zegria Vardinho
36	Jona Dias Gero	S.B. Nambo	860138861		Jona Dias Gero
37	Saibul Azam		829603180		Saibul Azam
38	Carla Z. Dinis Ganga	Casa Banana	868029274		Carla Z. Dinis Ganga
39	Antonio Santos Sebastiao	Banca - Vila sede	866850608	santossebastiao38@gmail.com	Antonio Santos Sebastiao
40	Nelson Vitor Baite	Posto de Induzir	867757771	Nelsonvitor3@gmail.com	Nelson Vitor Baite
41	Mariana Herculano Ferreira	Vila sede	867952114		Mariana Herculano Ferreira
42	Concilio J. V. Vero	Sec. B. Nambo	871006726		Concilio J. V. Vero
43	Bomd Baste Paulo	Quicanga	875411150		Bomd Baste Paulo
44	João Augusto Guro	Bairro de Extensão	842218925	Guro360@gmail.com	João Augusto Guro
45	Begamin Afrume	Matucudeis	850263320		Begamin Afrume

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia**3.1.5 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Maringué**

A terceira sessão da reunião de 2ª Consulta Pública na secção da EN1 entre Inchope e Caia (322 Km) teve lugar no Posto Administrativo de Subue (Nhamapaza), Distrito de Maringué, tendo decorrido no dia 13/12/2023, entre as 12:00 – 14:20 horas, na sala de Sessões do Posto Administrativo de Subue (Nhamapaza). Esta reunião foi dirigida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Distrito de Maringué em representação da Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Maringué. A reunião teve a facilitação do consultor contratado pela ANE, IP, e participaram na mesma um total de 59 pessoas, das quais 49 homens e 10 mulheres, conforme atesta a lista de presença assinada pelos participantes.



Figura 3. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Maringué (Dezembro, 2023)

A sessão de reunião realizada no Posto Administrativo de Subue (Nhamapaza) iniciou com um ligeiro atraso, devido a chegada tardia da estrutura governativa do distrito de Maringué, sendo que uma vez iniciada, o decurso da reunião seguiu a agenda programada, tendo iniciado com o discurso de boas vindas aos participantes dada pelo Consultor. Em seguida, houve momento para o discurso de ocasião proferido pelo representante do Delegado da ANE, IP na província de Sofala, o qual fez a apresentação da comitiva da ANE, IP e do Fundo de Estrada de nível central e provincial que estavam presentes na reunião, assim como os técnico o MTA e SPA-Sofala. Neste acto, o representante do Delegado da ANE, IP – Sofala realçou **que a 2ª reunião de consulta pública é realizada no seguimento da 1ª reunião realizada em Julho de 2023, na qual foi apresentado o projecto de reabilitação da estrada N1 e da necessidade de realização de estudos para avaliação do impacto ambiental e elaboração do plano de acção de reassentamento. O mesmo, destacou a necessidade de os participantes serem mais interventivos e apresentar as suas preocupações em relação ao projecto.**

Em seguida, tomou a palavra o Chefe do Posto Administrativo de Subue (Nhamapadza), o qual fez o seu discurso de ocasião começando com uma saudação especial e dando as boas vindas

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

a todos participantes ao Posto Administrativo de Subue (Nhamapadza). Depois, fez a apresentação dos representantes do Posto Administrativo de Inchope e dos líderes locais presentes na reunião e desejou uma reunião frutífera a todos. Esta etapa de discursos de ocasião encerrou com a intervenção do Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Distrito de Maringue, que em representação da Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Maringué, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do projecto de reabilitação da estrada N1, a qual vai melhorar a transitabilidade de pessoas e bens do sul a norte do país. No seguimento do seu discurso o Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente pediu a que todos os participantes prestassem atenção as apresentações que serão realizadas pelo consultor e registo de todas as inquietações que os participantes possam ter para apresentá-las durante a etapa de comentários e sugestões, tendo encerrado o seu discurso de ocasião com a declaração de abertura da sessão de consulta pública.

Em seguida, o representante da ANE, IP a nível Central fez apresentação detalhada do projecto *SRSEI-MPA*, destacando seus objectivos e as componentes do mesmo, tendo aproveitado a ocasião para informar que no âmbito da componente 2 do projecto será feita no mês de Janeiro de 2024, a identificação das mulheres e jovens que poderão integrar os grupos de mulheres que serão capacitadas e dotadas de instrumentos de trabalho para providenciar serviços de manutenção de estradas vicinais, solicitando deste modo a identificação de um potencial ponto focal apoiar a equipa da ANE, IP. Depois, o consultor contratado pela ANE, IP tomou da palavra e fez a apresentação dos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) que foram submetidos aos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala. O consultor finalizou a sua apresentação dando a conhecer aos participantes que está em preparação um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) para o projecto, que será parte integrante do Plano de Acção de Reassentamento, mas que actualmente existe um linha verde estabelecida pelo projecto para apresentação das queixas e reclamação nesta fase de elaboração dos instrumentos de salvaguardas (EIAS e PAR). A fase de apresentações dos resultados do EIAS e do RLFSE terminou com a intervenção do Especialista em Violência Baseada no Género (VBG) do projecto que falou da importância do MGQR como meio para reportar casos de VBG, Exploração Sexual e outros relacionados com o projecto nas suas diferentes fases, assim como informou que a linha verde para apresentação de queixas e reclamações na província de Sofala é o número 849393, sendo que as chamadas efectuadas para esta linha são grátis. Por fim, seguiu-se a fase de discussão, comentários e sugestões das apresentações feitas e do projecto *SRSEI-MPA* no seu todo, acto que teve a moderação do Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente de Gondola, cujo extracto das discussões havidas é apresentado a seguir na tabela 7.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 7. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião no distrito de Maringué

Data: 13/12/2023	Duração: 10:00 – 13:00 Horas
Sessão: Única	Facilitador: SWMoz-Svosve

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Fazbem Charles Pacate – residente no Posto Administrativo de Nhamapaza	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Muito boa tarde! Meu nome é Fazbem Charles Pacate. Eu percebi na apresentação que de que aqui no distrito de Maringué foram afectadas as zonas de Pungué 2, Sansajale e outros. Entretanto, não ouvi falar daqui de Nhamapaza, gostaria de saber se aqui não existem pessoas afectadas pois tenho visto as placas da ANE a indicar 30 metros com área de reserva da estrada, então não existem ninguém dentro desta área?	Muito obrigado pela questão apresentada e eu vou iniciar a minha resposta sobre a parte legislativa da criação da área de reserva da estrada. Nos termos da lei, a área de reserva da estrada é de 30 metros, portanto todos aqueles que tem infra-estruturas dentro dos 30 metros tem a situação de ocupação ilegal. Entretanto, no âmbito deste projecto foi estabelecido uma zona de corredor de impacto do projecto que é de 10 metros da berma da estrada. O corredor de impacto da estrada está dentro da área de reserva da estrada. Portanto, para este projecto específico apenas vamos afectar aquelas pessoas que estão dentro dos 10 metros, mas seria muito bom se nos 30 metros não tivéssemos infra-estruturas edificadas, pois se tivéssemos que considerar os 30 metros neste projecto os custos de reassentamento seria muitíssimos altos. Contudo, dizer que continua sendo proibido ocupar a área de reserva de estrada, pelo que não é considerar que se apenas 10 metros são necessários então podemos ocupar aos 11 ou 12 metros Agora, o porque de Nhamapaza não ter ninguém afectado. As medições feitas durante a fase de censo e levantamento físico e sócio-económico medidos 11 a 12 metros da área desde a berma de modo a termos uma zona tampão ou área de serviços. Assim, quando olhar para onde estão localizadas as infra-estruturas aqui em Nhamapaza vai que todas estas estão fora dos 11 a 12 metros, logo ninguém é afectado porque não estão na zona de corredor de impacto da estrada

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Marta Namburete – técnico do Serviço Provincial de Ambiente	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Boa tarde! Eu chamo-me Marta Xavier Namburete, técnica do Serviço Provincial do Ambiente e membro da Comissão Técnica Provincial de Acompanhamento e Supervisão de Reassentamento. Acompanhei aqui na apresentação do consultor que no distrito de Maringué foram afectadas 18 pessoas e depois falou que foram afectadas 23 pessoas pelas fruteiras. Então gostaria de entender estes números. Gostaria de saber se já foram criados os comités dos afectados, caso não gostaria de sugerir que fossem criados pois nem sempre os afectados individualmente tem tempo para atender as reuniões, mas com a presença de algum membro do comité os outros afectados podem obter informação das discussões durante as reuniões do comité Por outro lado gostaria de saber se o distrito já tem criada a comissão distrital para acompanhamento e supervisão de reassentamento? Caso não, a nossa directora provincial é a presidente da comissão provincial e nós como membros da comissão provincial de acompanhamento e supervisão do reassentamento estão dispostos a apoiar na criação desta comissão. Muito obrigada	Em relação ao pedido de esclarecimento da senhora Marta Namburete acerca da discrepância de número de afectados e número de afectados com árvores, tenho a dizer que ela poderá ter estado um pouco distraída durante a apresentação pois aquando da apresentação foi mencionado que no distrito de Maringué não tem nenhuma árvore de valor comercial ou fruteiras que será afectada, sendo que apenas árvores nativas poderão ser afectadas. As 23 pessoas que tem arvores que serão afectadas refere-se ao total de pessoas afectadas no troço entre Inchope e Caia
	Secretário Permanente do Distrito de Maringué
	Ao nível do distrito de Maringué já existe uma comissão que trabalha nas situações desta natureza e nos designamos de COI. Nesta comissão a excelentíssima senhora administradora do distrito é a presidente e o senhor secretário permanente é o vice-presidente, sendo que os outros membros são directores distritais de cada área e neste momento são dos directores do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas e o director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas. Entretanto, nós vamos aguardar a comunicação da ANE para poder reactivar a comissão e trabalharmos juntos no processo de reassentamento para não haver problemas durante o processo.
	Marta Namburete – Técnica do Serviço Provincial do Ambiente de Sofala
	Muito obrigado pela resposta, mas a comissão a que eu me refiro é criada no cumprimento do Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto que é a comissão técnica distrital de acompanhamento e supervisão de reassentamento. Se forem a ler o decreto está claro como é criada a comissão e quem são os membros que a compõem e o director do SDPI é quem preside esta comissão

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Rami Franque – residente no Distrito de Maringué	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Boa tarde! O meu nome é Rami Franque Dombe. Gostaria de pedir a ANE para quando chegar a fase de obras do projecto deve conversar com as pessoas afectadas, pois estas pessoas tiram o sustento das actividades que serão afectadas. Portanto, gostaria de pedir que as partes devem sempre conversar. Muito obrigado!!	Senhor Rami, muito obrigado pela sua sugestão e gostaria de dizer que apos o levantamento físico e sócio-económico realizado segue-se a fazer de negociação e assinatura de acordos de compensação. Neste processo estarão directamente envolvidos os lideres comunitários e as comissões técnicas de acompanhamento e supervisão de reassentamento a todos os níveis. Durante essa fase os afectados poderão ler o acordo de compensação e poderão concordar ou não com os termos do acordo antes da sua assinatura. No acordo de compensação também estará claro o prazo que é dado a pessoa afectada poder desocupar a área do projecto e no caso dos projectos de Banco Mundial, a desocupação so vai ocorrer depois do pagamento das compensações ou conclusão do reassentamento.
Lucas Feniasse Tomocene – residente no distrito de Maringué	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Boa tarde. Levantei para dar minha contribuição a este debate! Quero dizer que todos os que estão aqui são os próprios líderes comunitários de Nhamapaza e já tem conhecimento do que se esta a tratar e a informação não é nova. Todos os que tem loja a beira da estrada já tem a informação e nos sempre apelamos que não construam lojas ou bancas a beira da estrada. Eu não sei se percebi mal sobre a distância até a berma da estrada. A regra qual é mesmo, é 10 metros ou 30 metros. Porque nos lugares onde a ANE colocou as chapas de proibição de ocupação de reserva da estrada indica 30 metros, pelo que pode ser afectados pelo projecto A outra questão que tenho é aquela que já foi apresentada e queria saber se os 18 afectados em Maringué são dos locais mencionados ou inclui pessoas de Nhamapaza	A questão que foi levantada pelo senhor já foi respondida aquando de explicação dada a questão do senhor Fazbem. Entretanto, gostaria informar que caso alguém tenha uma infra-estrutura dentro dos 10-11 metros e que não foi entrevistado pedimos que utilize a linha verde para nos comunicar uma vez que durante o levantamento nós fizemos o registo de todas a infra-estruturas e tiramos fotografias, portanto, temos a informação na nossa base de dados, mas não temo o nome do proprietário.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Paulo Henriques Benjmane - residente do distrito de Maringué	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Boa tarde!! Eu sou Paulo Henriques Benjmane e gostaria de saber caso o projecto afecte infra-estruturas públicas a beira da estrada, tais como escolas, como vai-se proceder? Muito obrigado	Senhor Paulo, muito obrigado pela questão apresentada! Gostaria de dizer que felizmente no caso do troço entre Inchope e Caia não foi identificada nenhuma escola que será afectada. Todavia, sendo as escolas infra-estruturas públicas elas não são compensadas apenas fazemos a reposição dos danos causados e para isso existe um orçamento para infra-estruturas publicas que serão afectadas e o mesmo é incluído no orçamento geral de implementação do Plano de Reassentamento,
José Dino – Chefe do Departamento de Planificação da ANE, IP Sofala	Secretário Permanente do Distrito de Maringué
O meu nome é José Dino e sou chefe do Departamento de Planificação da ANE, IP em Sofala. Com a permissão do Excelentíssimo Senhor secretário permanente de uma forma muito resumida queria reafirmar que a área de reserva da estrada foi estabelecida lei n.º 109/2009 que define 30 metros como a área de reserva da estrada para estradas com duas faixas, como é o caso da estrada N1. Por isso, todas as infra-estruturas construídas na área de reserva de estrada sem a permissão do governo serão removidas. Mas o projecto só precisa de 10 metros como disse, mas essa área de 30 metros é proibida, e não se pode erguer nenhuma infra-estrutura e nem exercer nenhuma actividade comercial. Muito obrigado	Muito obrigado pela intervenção. Há situações que estão muito claras e ao longo da estrada N1 existem as placas indicativas de área de reserva de estrada de 30 metros e as barracas que construíram na área de reserva acredito que tem conhecimento que serão destruídas, pois nós não autorizamos e nem temos competências de o fazer. Neste momento, temos pequenas manutenções de estrada que estão a assegurar a transitabilidade no troço entre Inchope e Caia, que permitem o escoamento dos produtos. Agradecemos os esforços do Ministérios da Obras Publica e da ANE na incessante procurar de assegurar a transitabilidade ao longo das estradas do país. Entretanto, nos estamos satisfeitos porque aqui no distrito de Maringué não temos muitos afectados, pois caso contrários poderíamos ter muito trabalho a fazer. Agradecer as contribuições que foram aqui apresentadas e em nome do governo do distrito de Maringué e meu nome pessoal declarar encerrada esta sessão de reunião de 2ª consulta pública para o projecto de reabilitação da estrada N1. Muito obrigado

3.1.6 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Maringué

A sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizada no distrito de Maringué teve um nível de participação de 59 pessoas, das quais 49 homens e 10 mulheres, sendo que a lista de presenças está abaixo assinada.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 8. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Maringué

  PROJECTO DE ESTRADAS SEGURAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (SRSEI-MPA) Sub-projecto das Obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1 Estudo de Impacto Ambiental e Social, e Plano de Reassentamento no âmbito das obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1 - FASE I Lista de Participantes - 2ª Consulta Pública no Distrito de Maringue (Subue-Nhamapaza)					
Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
1	Leite João Fernandes	SPA	8451081122	leitejoaofernandes@gmail.com	21
2	Amílrio Alho	MIA/DNDI	848114370	amiliroamph@gmail.com	22
3	Nelsonias Nungwi	DIA/DINAB	842537993	nungwielsonias@gmail.com	23
4	Cidália Bomb	FE, TP	828872995	cidalia@fe.gov.mz	24
5	Marta Xavier Namburete	SPA - Sofala	870800077	marta-namburete@gmail.com	25
6	Mário Bando	ANE, TP	8471021330	mariobandojunior@gmail.com	26
7	António Gonçalves	ANE, TP	862717317	goncalvesantoniomail.com	27
8	Pedro Zeca Nhamapaze	Ministério/Interior	870195468	—	28
9	Chico Macabeo Churua	SO/M.	852326087	—	29
10	Lacarias João Macabeo Muthu	Escola Secundária de Olompanga	845138201	Lacariasmuthu@gmail.com	30
11	Tiago Fazenda Lohi	SDPI - Maringué	863463916	tiagofazenda@gmail.com	31
12	António José Nhamapaze	Comerciante	840420088	Nhamapaza	32
13	Feliciano Vilancoso	S. do Bairro	862770021	Nhamapaza	33
14	Lázaro Manuel Mezeu	J.C. Maneta	862050725	Nhamapaza	34
15	Paulo Lohi Chaiá	Tchuea Saphanda	865622390	Nhamapaza	35
16	Joséfa Castor	Nfamo	868663285	zuzume	36
17	Ensebio António	Seccentral	879108051	zuzume	37

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
18	Fozer Charles Pacote	comerciante	862004394	Nhamapaza	Fozer Charles
19	Silvio Jorge Germano	Docente	876346625	Nhamapaza	Silvio
20	Rute Hedinungo Simba	ESecundário de Namapa	876524278	ruteclamentina@gmail.com	Rute
21	Pedro Zinho Fazenda	Regulo	870449845	NHAMAPAZA	Pedro
22	Marco Lopes de Fátima	primeiro secretário	868208651	função 1ª	Marco
23	Gafoi Boma SSO	CTAI	870930798	NHAMAPAZA	Gafoi
24	Mahammad Shah Alan	comerciante	861260312	Nhamapaza	Mahammad
25	Ricardo Gueza	Fumo	874505118	Matamba	Ricardo
26	Abubakar	comerciante	867202020	Sbmothercomocera	Abubakar
27	Melinda Jamiwazie		860278462	Mhamulama	Melinda
28	Ferriacelo Chimo	fumo	809860156	Mhamapaza	Ferriacelo
29	José Zolita Meda	R. Regulo	872852948	Fuzo - Meda	José
30	João Alberto Bue	Chefe d'Sec.PAS	878953924		João
31	Éder José	ANE - Sotola	87682543		Éder
32	Alberico Almeida	ANE - Sotola	877111392	alberico.almeida@yahoo.co.uk	Alberico
33	João Augusto Gueia	Presidente do Círculo	84218825	João Augusto Gueia	João
34	Ramin Jeanquesoch	Comerciante	866671755	Nhamapaza	Ramin
35	Geraldo Manuel	chefe de unidade	879595579	Nhamapaza	Geraldo
36	Mossa Fátima	NHAMAPAZA	872355460	comerciante	Mossa
37	Faizlane Rita	Comerciante	861700825	Nhamapaza	Faizlane
38	Enilda Malimonu	Enfermeira	863920128	enildamalimonu@gmail.com	Enilda
39	Lucas Batana Malanje	Escola Secundária de Namapa	849601923	lucasbatana8@gmail.com	Lucas
40	Hermenegilde C. Comagere	ANE, IP - Sotola	846746911	Canika.comagere@gmail.com	Hermenegilde
41	Ivete M. Ramôa e Juchu	ANE, IP - Sotola	842367260	iveteramoiro@gmail.com	Ivete
42	Raimundo Tinasse Tol	Líder comunitário	849083966	Duchende	Raimundo
43	TERMO VASCO	Ag. com. cc	849040007		TERMO
44	BAPTISTA MACHAI	SAE	861433236	baptistamachai@gmail.com	Baptista
45	FAZMINHA AIRONE	COMERCIANTE	862209751		Fazminha

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
46	Fazlam Alamo	3aplanda	874295008	Fazla Medja	Fazla
47	Fernando Pereira	MASUA	874663536	FUMO	
48	CECILIO GRACHANE	FE	823084190		Grachane
49	Felix Mopsaungane	ANE, IP	876559900		
50	Tome Andriane Nhamacolo	Nhamacolo	869844031		TOME ANDRIENE
51	Ving Luis Muiungis	Sibwe	849210380		
52	António Raimundo	Secretaria Dist	880445304		Raimundo
53	Ruben Francisco	Secretaria de Plan	864671828	rubenracy@gmail	Ruben
54	Samuel F. Gamba	S.P.A. Nhamapasa	862816901	As. tecnico	Samuel
55	Oswaldo B.A. Banta	SUMOT - Svosve	875255133	osvaldo.banta@sumon	Banta
56	Fernando Dias de Sousa	GADT	865324431	diasdesousa@gnail.com	Fernando
57	Alberto Tanga Marape	Comando da PRM	877678625	mohammedi@gnail.com	Alberto
58	Pedro Simão	BDJET-Maringue	870164074		Simão
59	João Mude	SWM - Svosve	846474724	joaomude@gnail.com	Mude
60					
61					
62					
63					
64					
65					
66					
67					
68					
69					
70					
71					
72					
73					

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia**3.1.7 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Cheringoma**

A quarta sessão da reunião de 2ª Consulta Pública na secção da Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km) teve lugar no Posto Administrativo de Inhamitanga, Distrito de Cheringoma, tendo decorrido no dia 14/12/2023, entre as 12:00 – 15:00 horas, na sala de sessões do Posto Administrativo de Inhamitanga. Esta reunião foi dirigida pela Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Cheringoma. A facilitação da reunião esteve na responsabilidade do consultor contratado pela ANE, IP, e nesta reunião participaram um total de 72 pessoas, das quais 54 homens e 18 mulheres (Figura 4).



Figura 4. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Cheringoma (Dezembro, 2023)

No Posto Administrativo de Inhamitanga foi realizada a sessão de reunião de 2ª consulta pública para o distrito de Cheringoma, a qual iniciou com um ligeiro atraso, devido a chegada tardia da estrutura governativa do distrito de Cheringoma. Entretanto, uma vez iniciada a reunião o seu decurso seguiu a agenda programada, tendo o Consultor a responsabilidade de moderar esta fase da reunião e deu as boas vindas aos participantes, finalizado a sua primeira intervenção com a apresentação do programa da reunião. Em seguida, houve momento para o discurso de ocasião proferido pelo representante do Delegado da ANE, IP na província de Sofala, o qual fez a apresentação da comitiva da ANE, IP e do Fundo de Estrada de nível central e provincial que estavam presentes na reunião, assim como os técnico o MTA e SPA-Sofala. Neste acto, o representante do Delegado da ANE, IP – Sofala realçou **que a 2ª reunião de consulta pública é realizada no seguimento da 1ª reunião realizada em Julho de 2023, na qual foi apresentado o projecto de reabilitação da estrada N1 e da necessidade de realização de estudos para avaliação do impacto ambiental e elaboração do plano de acção de reassentamento. O mesmo, destacou a necessidade de os participantes serem mais interventivos e apresentar as suas preocupações em relação ao projecto.**

Em seguida, tomou a palavra o Chefe do Posto Administrativo de Inhamitanga, o qual fez o seu discurso de ocasião começando com uma saudação especial e dando as boas vindas a todos

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

participantes ao Posto Administrativo de Inhamitanga. Depois, fez a apresentação dos representantes do Posto Administrativo de Inhamitanga e dos líderes locais presentes na reunião e desejou uma reunião frutífera a todos. Esta etapa de discursos de ocasião encerrou com a intervenção da Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Cheringoma, a qual deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do projecto de reabilitação da estrada N1, a qual vai melhorar a transitabilidade de pessoas e bens do sul a norte do país. No seguimento do seu discurso a Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Cheringoma pediu para que todos os participantes prestassem atenção às apresentações que serão realizadas pelo consultor e registo de todas as inquietações que os participantes possam ter para apresentá-las durante a etapa de comentários e sugestões, tendo encerrado o seu discurso de ocasião com a declaração de abertura da sessão de consulta pública.

Em seguida, o representante da ANE, IP a nível Central fez apresentação detalhada do projecto *SRSEI-MPA*, destacando seus objectivos e as componentes do mesmo, tendo aproveitado a ocasião para informar que no âmbito da componente 2 do projecto será feita no mês de Janeiro de 2024, a identificação das mulheres e jovens que poderão integrar os grupos de mulheres que serão capacitadas e dotadas de instrumentos de trabalho para providenciar serviços de manutenção de estradas vicinais, solicitando deste modo a identificação de um potencial ponto focal apoiar a equipa da ANE, IP. Depois, o consultor contratado pela ANE, IP tomou da palavra e fez a apresentação dos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) que foram submetidos aos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala. O consultor finalizou a sua apresentação dando a conhecer aos participantes que está em preparação um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) para o projecto, que será parte integrante do Plano de Acção de Reassentamento, mas que actualmente existe um linha verde estabelecida pelo projecto para apresentação das queixas e reclamação nesta fase de elaboração dos instrumentos de salvaguardas (EIAS e PAR). A fase de apresentações dos resultados do EIAS e do RLFSE terminou com a intervenção do Especialista em Violência Baseada no Género (VBG) do projecto que falou da importância do MGQR como meio para reportar casos de VBG, Exploração Sexual e outros relacionados com o projecto nas suas diferentes fases, assim como informou que a linha verde para apresentação de queixas e reclamações na província de Sofala é o número 849393, sendo que as chamadas efectuadas para esta linha são grátis. Por fim, seguiu-se a fase de discussão, comentários e sugestões das apresentações feitas e do projecto *SRSEI-MPA* no seu todo, acto que teve a moderação da Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Cheringoma, cujo extracto das discussões havidas é apresentado a seguir na tabela 9.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 9. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Cheringoma

Data: 14/12/2023	Duração: 12:00 – 15:00 Horas
Sessão: Única	Facilitador: SWMoz-Svosve

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Residente no distrito de Cheringoma	
Eu levantei para dizer que estou satisfeita com o que foi mencionado nesta reunião, principalmente por ter dito que existem oportunidades para as mulheres poderem trabalhar nas obras do projecto. Nós temos raparigas que já completaram algum nível de escolaridade que estão em casa sem fazer nada. Muito obrigado	
José Félix Temo – Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Cheringoma	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
Muito obrigado Excelentíssima pela permissão! Gostaria de felicitar as apresentações aqui feita e dizer que pedi a palavra para apresentar meu espanto pelo facto de os dados apresentados indicarem que no distrito de Cheringoma não existe nenhuma infra-estrutura que é afectada. Muito obrigado	Eu gostaria de felicitar as autoridades do distrito por manter a área de reserva da estrada livre. Não é anormal que não tenham sido encontradas pessoas afectadas, isto significa que aqui no distrito de Cheringoma nos cumprimos com a lei de não termos pessoas a ocupar a área de reserva da estrada.
	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
	Gostaria de reforçar a questão de não haver afectações no distrito, eu acho que devemos nos congratular porque estamos a cumprir com a lei e deixar a área de reserva livre. É importante recordar que o levantamento esta sendo feito apenas nos 10 metros da berma da estrada e não nos 30 metros que é a área de reserva da estrada. Podemos ver alguns comerciantes que vendem credito dentro de 10 metros e que ao fim do dia recolhem a sua banca. Para este projecto os levantamentos são feitos para infra-estruturas fixas permanentes que podem inviabilizar as obras do projecto.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Alberto Armando Chibatxe – residente de Cheringoma	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
Meu nome é Alberto Armando Chibatxe. Eu gostaria de apresentar uma preocupação relacionada com algumas intervenções na estrada N1. A estrada N1 e a linha férrea estão em paralelo, sendo que entre estas duas infra-estruturas existem residências. Numa das zonas existem uma manilhas que impede o escoamento normal das águas e quando cai muita chuva estas casas ficam inundadas e há vezes que a água transborda e passa por cima da linha férrea e as vezes atravessam até a própria estrada N1. Na minha opinião as anilhas que foram colocadas na linha férrea e na própria não permitem uma melhor vazão das águas e actualmente estão a degradada os campos agrícolas. Portanto, gostaria de pedi que durante a reabilitação da estrada possam ser colocadas anilhas que permitam uma melhor vazão das águas. Muito obrigado!!	A questão colocada pelo régulo Alberto de que de algum tempo a esta parte tem acontecido inundações na zona dele, eu vou responder dizendo que pelas imagens da para ver que é uma zona baixa e um exercício que tem sido feito em parceria com o INGD é desencorajar que as pessoas possam erguer habitações nesses locais. Um outro aspecto importante é a o facto dos elementos de drenagem, neste caso as manilhas podem não ter sido devidamente limpas, facto que concorre para a má drenagem. Um outro aspecto que pode concorrer para estas inundações é o aumento populacional naquela zona que leva a um diferente tipo de uso de terra e pode fazer com que as águas das chuvas não sejam devidamente infiltradas para o solo e forma as inundações que são visíveis nas imagens. Para colmatar esta situação, a ANE aprovou recentemente novas formulas para calcular o diâmetro dos aquedutos para permitir que a água passa mais depressa e não causa inundações. Entretanto, como meu colega falou virão aqui no distrito pessoas que vão nos ajudar a resolver estes problemas caso a caso para que os sistemas de drenagem funcionem normalmente
Marta Namburete – Técnica dos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala	Daniel Augusto – Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas
Meu nome é Marta Namburete, sou técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente e membro da comissão distrital de acompanhamento e supervisão de reassentamento e gostaria de saber do governo do distrito de Cheringoma se existe esta comissão. Caso não exista, há uma necessidade de ser criada pois ela é diferente do COE que é para questões calamidades naturais. A comissão de reassentamento tem a função de e ela é composta pelos directores dos serviços distritais de planeamento e infra-estruturas e serviços distritais	Eu gostaria de responder a esta questão dizendo que o distrito tem uma comissão de reassentamento já criada, embora não esteja a funcionar em pleno e precisa ser reactivada pelo facto de alguns membros da comissão terminaram suas funções no distrito e recebemos novos membros e precisam ser integrados. Muito obrigado Joao Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
de actividades económicas, por cinco membros representantes das familiares afectadas e líderes comunitários. Gostaria também de falar da identificação das áreas que podem ser elaborados os planos de pormenor. Neste momento que existe o projecto de reabilitação da estrada N1, o distrito devem indicar áreas seguras para hospedar as famílias que podem vir a ser afectadas pelo projecto e caso exista o plano pode ser aproveitado para abertura de estradas secundárias Por fim, gostaria de falar que caso exista famílias a serem afectadas estas não devem nunca optar pela compensação monetária pela perda de residência, uma vez que o decreto 31/2012, de 8 de Agosto não permite que sejam recebidos valores monetários pela perda de residência. Muito obrigada	Eu gostaria de esclarecer em relação a questão levantada sobre a formas de compensação a serem adoptadas. Eu quero esclarecer que a elaboração do plano de reassentamento esta sendo feito seguindo estritamente a legislação nacional e as boas praticas internacionais. A questão colocada no questionário do estudo sócio-económico apenas visava fazer uma sondagem do pensamento dos afectados sobre as formas de compensação para definição da estratégia de negociação dos acordos de compensação, sendo que neste processo caso tenhamos um afectado com perda de residência e diga que preferem compensação nos podemos recorrer a lei e convence-lo a aceitar uma residência de substituição.
Daniel Augusto – Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas	Lecha Fernando – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente de Sofala
Boa tarde. Obrigado Exceletissima pela permissão. Gostaria de parabenizar pelas apresentações que mostram aquilo que são os resultados dos impactos ambientais que podem ocorrer aquando da reabilitação da estrada N1. Pedi a palavra para ter esclarecimento sobre o que foi dito durante a apresentação de que os empreiteiros deverão legalizar um DUAT para exploração de camaras de empréstimos. Como é que nos vamos proceder neste caso? Faco esta questão pelo facto de actualmente nas obras da ANE os empreiteiros apenas chegam, fazem a exploração dos inertes, não fazem o licenciamento e nem uma taxa pagam? Como vamos proceder? A minha outra questão esta relacionado com a necessidade de ponto focal do SDPI para o recrutamento da mão-de-obra e precisamos de esclarecimento sobre como vai funcionar o processo, uma vez que foi dito que em Janeiro haverá uma actividade de constituição dos grupos de mulher.	Na questão apresentada pelo senhor director dos serviços distritais de planeamento de infra-estruturas, recorde-me que na 1ª consulta publica a excelentissima senhora administradora deixo recomendação para que o SDPI e os líderes comunitários identificasse essas áreas para depois serem avaliadas pela província, distrito e líderes comunitários. Apos a avaliação dessas áreas, caso o empreiteiro ou ANE decida utilizar os inertes das áreas de camaras de empréstimo identificadas deveria seguir os procedimentos legais para o seu licenciamento. Isto tudo é para evitar que ocorre uma exploração não recomendada das camaras de empréstimo o que pode causar danos ambientais irreversíveis. Muito obrigada Félix Mapsanganhe – Técnico da ANEI, IP Sede No que concerne a questão sobre a exploração das camaras de empréstimo, devo dizer que é uma reclamação geral uma vez que todos os distritos dizem que a ANE vem ao distrito abrir covas e depois

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
	não faz a reposição dos solos, gerando uma situação constrangedora. Pois as covas estão lá. Entretanto, quero dizer perante a comunidade que este projecto traz uma abordagem diferente pela instrução clara aos empreiteiros que farão parte do projecto, sendo que apesar de não pagar pelos inertes a ANE é obrigada a legalizar as áreas de extracção de inertes. Todos procedimentos serão seguidos e o expediente enviado aos serviços províncias de ambiente para o licenciamento apos a aprovação das áreas pelo empreiteiro. Mesmo com todo a documentação em dia, o empreiteiro devera preparar planos específicos de restauração das camaras de empréstimo. Em todas estas etapas as estruturas locais estarão directamente envolvidos e asseguramos o cumprimento do estipulado na legislação. As camaras de empréstimo serão solicitadas em nome da ANE e não do empreiteiro. Quanto a questão levantada sobre o ponto focal das mulheres, como vai funcionar no âmbito da componente 2 do projecto. Este processo é desafiante para a ANE, sendo que numa primeira fase uma equipa da ANE vira ao distrito em Janeiro e sentar com os grupos de mulheres e conversar com eles para saber como podem contribuir para as actividades do projecto e depois a informação será sistematiza e incluídas nas actividades dos empreiteiros. E na componente 2 estas actividades serão maximizadas pois os grupos de mulheres deverão ser responsáveis pela manutenção das estradas vicinais, pois o objectivo é termos uma maior percentagem de mulheres envolvidas nestas actividades. Assim, um consultor será contratado para capacitar e potenciar esses grupos de mulheres e o conhecimento ficara na comunidade. É assim como se está a pensar engajar as mulheres, apesar de ser desafiante implementar estas actividades do projecto nas nossas comunidades Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
	Em relação ao pagamento das taxas para o pagamento de inertes, quero dizer que o governo foi aos seus parceiros e pedir dinheiro para reabilitar a estrada pois é o que não tinha. Não é possível usar dinheiro para adquirir o que já temos que são os nossos recursos naturais. O que deve ser feito é facilitação no processo de licenciamento da camaras de empréstimo pois se isto não acontecer, poderemos ter dinheiro para estrada e não ter inertes para reabilitação da estrada
	Lecha Fernando – Técnica dos Serviços Provinciais de Ambiente
	EU gostaria de esclarecer novamente aos colegas da ANE que o decreto 54/2015, de 31 de Dezembro diz que qualquer projecto de natureza pública ou privada deve passar pelo licenciamento ambiental, exceptuado os projectos de ministério da defesa e calamidades naturais, portanto, estes estão isentos de pagamentos de taxas. Portanto, aos colegas de ANE gostaria de dizer que depois de identificar as áreas com potencial para exploração como camaras de empréstimo e enviado o expediente para os serviços províncias de ambiente, seguidos todos os processos de aprovação e deduzidas as taxas que devem ser pagas, eu recomendo que seja solicitada a isenção ao Ministério da Economia e Finanças. Muito obrigado.
	Maria Waite - Administradora do Distrito de Cheringoma
	O meu ponto de vista é de que esta questão de taxas para exploração das camaras de empréstimo precisa ainda de ser melhor esclarecidas. Entretanto, acho que a ANE devera repensar muito neste aspecto pois existem políticas que não são exequíveis, pois que faz a exploração na verdade são os empreiteiros que no mapa de quantidades incluíram custos de aquisição de inertes. Mas depois não pagam e o empreiteiros é que sai a ganhar e os

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
	distritos que tem precisam enviar os técnicos para demarcação na ganham nada
	Nehemias Mungói – Técnico do Miisterio da Terra e Ambiente (MTA)
	Eu chamo-me Nehemias Mungói gostaria de secundar a colega Lecha, no que concerne ao pagamento de taxas. A lei é clara e diz que tudo que projecto público ou privado é passível de ser taxado. O que pode acontecer é a ANE com entidade pública deve fazer pedido para todas as autorizações possíveis, tais como pedir ao distrito a identificação das áreas para camaras de empréstimo, e depois submete os documentos aos serviços províncias e depois das aprovações é estabelecida uma taxa que deve pagar. A ANE pode pedir uma isenção conjunta para as três províncias que vai intervir no âmbito do projecto e o empreiteiro vai cumprir tudo o que esta inscrito nas autorizações e explorar as áreas que foram licenciadas. Muito obrigado
	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
	Excelentíssima e colegas, eu gostaria de reafirmar que a ANE é isenta apenas da compra de inertes, mas não é isenta de seguir os procedimentos administrativos para explorar essas áreas de extração de inertes. Assim, quero dizer que os procedimentos legais serão todos seguidos e o processo de activação e desactivação das camaras de empréstimo vao ser adoptados no projecto
Paulo Pedro – residente no distrito de Cheringoma	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Boa tarde! Meu nome é Paulo Pedro Chihita. Muito obrigado pela permissão Excelentíssima. Quando foi feita a contextualização das componentes do projecto falou-se da reabilitação de 50 km de estradas vicinais, a partir da estrada N1. Gostaria de saber se esses 50 Km são todos para Cheringoma, sabendo que a reabilitação da estrada N1 vai ocorrer	Em relação a está questão, dizer que os 50 km é o critério definido para intervencionar nas estradas vicinais (terceárias) a partir da estrada N1 a esquerda ou a direita, sendo que dentro deste raio de 50 km serão seleccionadas as diferentes estradas vicinais prioritárias para serem

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
entre Inchope e Caia. Se sim, qual vai ser o critério de identificação dessas estradas.	intervencionais no âmbito da componente 2 do projecto para ligar a estrada N1.
Maria Waite – Administradora do Distrito de Cheringoma	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
Eu tenho algumas questões que já foram ultrapassadas. Mas tenho algumas questões que persistem e que gostaria de ter esclarecimento, sendo que a primeira tem a ver com os grupos de mulheres que terão acesso a emprego e falaram de 50% homens e mulheres e quero saber como é que ser pois falara de precisar de um ponto focal Falou-se também de 10 metros da berma da estrada como área de reserva da estrada. Não sei se percebi bem se houve alteração dos 30 metros que é área de reserva da estrada Na apresentação falou-se de que a terra é do estado e não deve-se compensar por ela. Na época seca não tem cultura, mas no tempo chuvoso tem culturas e não se deve compensar por isso, uma vez que a pessoa vai precisar encontrar outra machamba? Também acompanhei aqui que existe uma percentagem de pessoas que prefere a compensação monetária. Gostaria de solicitar que qualquer compensação que possa ocorrer no distrito não deverá ser monetária para evitar mau uso do valor.	Excelentíssima senhora Administradora, a lei de terra não mudou no que a extensão da área de reserva de estrada diz respeito, continuam os 30 metros e gostaríamos que os mesmos fossem mantidos livres. O que nós precisamos agora para ficar disponível para a implementação do projecto é de 10 metros a partir da berma da estrada para os dois lados. Os 30 metros que foram estabelecidos por lei é para permitir que estes elementos de drenagem sejam implantados, que os carros que despistam não causa muitos acidentes mortais, entre outros. Muito obrigado Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede Em relação a questão da excelentíssima sobre as compensações já foi respondida. Entretanto, no que concerne questão da compensação pela terra que é mencionada pela senhora administradora é importante lembrar que todas as áreas que estão a ser levantadas no âmbito deste projecto estão dentro da área de reserva da estrada e por si é uma zona de protecção parcial. Nem que seja uma machamba aberta dentro dos 30 metros que é de reserva não dá direito a alguma compensação por ser uma ocupação ilegal. Mais ainda, nos levantamentos realizados a finalidade não é pagar pela terra, porque a lei de terra proíbe que possamos pagar pela terra, uma vez que ela é do estado. O que é pago são as benfeitorias e as culturas que são encontradas nessas terras. Nas bermas da estrada N1 não encontramos machambas, mas sim pequenas hortas caseiras pois as machambas tem características de solos específicas. Assim, só podemos compensar nos casos em que encontramos culturas.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
Maria Waite – Administradora do Distrito de Cheringoma	
Muito bem. Chegados aqui não vejo que haja mais alguma coisa a discutir, mas sim a alegria de todos os participantes. Gostaria que os ministérios possam esclarecer em definitivo esta questão de pagamento de taxas para exploração de inertes. Um outro aspecto importante é que gostaríamos de ver são as nossas duas estradas vicinais no raio de 50 km a serem reabilitadas. Por fim, gostaríamos de que o circuito de comunicação continue entre o distrito, ANE e consultor, nem que seja por meio de telefones. Assim, em nome do governo do distrito de Cheringoma declaro encerrada a sessão de reunião de 2ª consulta pública. Muito obrigada	

3.1.8 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Cheringoma

A sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizada no distrito de Cheringoma teve um nível de participação de 72 pessoas, das quais 54 homens e 18 mulheres, sendo que a lista de presenças está abaixo assinada.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 10. Lista de presenças na sessão da reunião da 1ª Consulta Pública no distrito de Cheringoma




PROJECTO DE ESTRADAS SEGURAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (SRSEI-MPA)

Sub-projecto das Obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1

Estudo de Impacto Ambiental e Social, e Plano de Reassentamento no âmbito das obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1 - FASE I

Lista de Participantes - 2ª Consulta Pública no Distrito de Cheringoma (Inhamitanga)

14/12/2023

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
1	Sonja waite Tito	G.D. Cheringoma	87104000	sonjawaite@gmail.com	[Assinatura]
2	Jane Jamil Bini	ANE/Sofala	848543442	janebini@yahoo.com.br	[Assinatura]
3	Alberto Jose Manuel	SDC-Inhamitanga	840213284		[Assinatura]
4	Angele Chelene Jone	SDAE-Cheringoma	843799573	joneangele74@gmail.com	[Assinatura]
5	David J.C. Augusto	SDAI-Cheringoma	848333171	DavidAugusto@gmail.com	[Assinatura]
6	João António Calvo	SISE-Cheringoma	860519293	joaocarlo@gmail.com	[Assinatura]
7	Harissane Kazura Singam	Regulo-Inhamitanga	879673195		[Assinatura]
8	Felix Mabsangianhi	ANE/IP	876559910		[Assinatura]
9	Mário Bani SV	ANE, IP	847104330		[Assinatura]
10	Rino Luis Chura Matondo	Regulo	868819750		[Assinatura]
11	Amosse Samuel Camamba	S. Bairro	864490575		[Assinatura]
12	Augusto Paulino Bongi	S. Bairro	865799112		[Assinatura]
13	Fernando Luis Matondo	S. Bairro	862499973		[Assinatura]
14	Luís Luis Branco	Fundo	875140936		[Assinatura]
15	Amélia Jo Vasco	Membro	868380591		[Assinatura]
16	Vasco Jomasse Dauee	Fundo	861367268		[Assinatura]
17	Cândido Arceop João	S. Bairro	8667645578		[Assinatura]

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
18	MOISEI PAULINO CATIA	SECRETARIO	865933452	—	MOISEI PAULINO CATIA
19	Fernando Domingos Toca	comerciante	842402519	—	Fernando Domingos Toca
20	José Sampaio	comerciante	843428607	—	José Sampaio
21	Luís Pedro Mairora	Secretário do Bairro	263963890	—	Luís Pedro Mairora
22	Armando Armando	PRM	869091261	—	Armando Armando
23	Luís João Alai	Localid. Nogueira	842921833	sejorancealal38@gmail.com	Luís João Alai
24	João Mafungo Macungu	IPC Inhamitanga	810492241	joaomafungo@gmail.com	João Mafungo Macungu
25	João Domingos	CS Inhamitanga	84504779	office223@gmail.com	João Domingos
26	João Alberto Tesoura	Secretário d. Bairro	879229319	—	João Alberto Tesoura
27	Belinha António Sadra	Membros concelho	—	—	Belinha A. Sadra
28	João Silva	Povo de Estremoz	842218925	João Silva 36@gmail.com	João Silva
29	Leila João Fernandes	SPA - Seta	845108122	—	Leila João Fernandes
30	Zeca Cantinho	Inhamitanga	—	—	Zeca Cantinho
31	Horácio D. Francisco	Cf. Sec. - Secretário	869033788	—	Horácio D. Francisco
32	Teófilo Domingos Mochu	ANEP - Seta	842367260	teofilodomingos@gmail.com	Teófilo Domingos Mochu
33	Cara Quigita	Localid. Inhamitanga	879014941	—	Cara Quigita
34	Luís Paulo Tchuto	comerciante	825953282	—	Luís Paulo Tchuto
35	Marcos Eduardo Silva	pastor	86946928	—	Marcos Eduardo Silva
36	Mário Filipe Zeca	Secretário d. Bairro	869133376	—	Mário Filipe Zeca
37	Valentim Alberto Vasco	Adj. do Bairro	869846316	—	Valentim Alberto Vasco
38	Filipe Zeca António	tienda	868868790	—	Filipe Zeca António
39	Inês Domingos Borim	Inhamitanga	872772348	—	Inês Domingos Borim
40	Silva Domingos Regina	Inhamitanga	865643588	—	Silva Domingos Regina
41	Telma alberto	Inhamitanga	874716952	—	Telma alberto
42	Carla Catarina	Inhamitanga	—	—	Carla Catarina
43	Dona Domingos Borim	Inhamitanga	—	—	Dona Domingos Borim
44	Chica Manuel	—	—	—	Chica Manuel
45	Alberto Amândio Clibante	Nogueira	862810423	—	Alberto Amândio Clibante

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
46	Eduardo Roberto Filho	Itampulapela	865404056		
47	Pedro Ousito Paulino	Inhamitanga	863327130		
48	José Caetano Felipe	Inhamitanga	866066361		
49	Felix Saimon	Nhamitanga	876563940		Felix Saimon
50	José Saine	Morroque	879229823		José Saine
51	Chica Manuel Tangua	Inhamitanga	871815695		Chica Manuel Tangua
52	Filipe Caetano Felipe	Inhamitanga	844257147		
53	Francisco Mano Francisco	Inhamitanga	845633770		Francisco Mano Francisco
54	Isaías Quisito Paulino Binze	Inhamitanga	845936036	Isaías Quisito Binze	
55	António Dinis Jone Tangua	Inhamitanga	855435665	antoniodinis.tangua	António Dinis Jone
56	Manuel José Caroa	Inhamitanga	840307796		
57	Fing Beni	Inhamitanga	864641159		Fing Beni
58	Castigo António MATTOCA	C.B. Inhamitanga	8435335036	eduardo@gnorl.co	
59	CECILIO GRACHANE	FUNDO ESTRADAS	823084190	cecilio.grachane@et.gov.mz	Grachane
60	HERIPE JTIME	A-VE-SOFA	876825913		
61	Paulo Pedro Chumica	SDC - Inhamitanga	840491185	paulochumica@gmail.com	
62	Nechemias Munso	VIA/DINAB	842857553	munsoinencia@gmail.com	
63	Cidália Beata	Fundo Estradas	823872577	cidalia@fe.gov.mz	Cidália Beata
64	Marta Xavier Nambrós	SPA-Sofala	850555500	marta-xavier-nambrós@gmail.com	
65	BERNARDINO M. JAMBÉ	MATONDO	844925232		
66	Albertina Almeida	ANT. PP - Sofala	877141392	albertinaalmeida@yahoo.com.br	Almeida
67	Conceição C. Comengine	ANT. JP - Sofala	846746911	conceicao.comengine@gmail.com	Conceição
68	João A.A. Banta	SUMMOZ - Susungu	875255133	joaoa.banta@summoz.com	Banta
69	João Alexandre	SUPMOZ - Susungu	846444724	joaoalexandre@gmail.com	Alexandre
70	Alberta A. Nambrós	SDC-Cheringoma	878223448	Alberta Nambrós	
71	David Carlos Paulo	SDC-Matoposita	861521237		
72	Nelson Joaquim João Macia	PRM	846736581		
73	Zacarias Eduardo Jox	Nhamitanga	869236082		Zacarias Eduardo Jox

3.1.9 Sessão da Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Caia

A quinta e última sessão da reunião de 2ª Consulta Pública na secção da Estrada N1 entre Inchope e Caia (322 Km) teve lugar no Posto Administrativo de Caia-Sede, Distrito de Caia, tendo decorrido no dia 15/12/2023, entre as 10:00 – 13:00 horas, na sala de reuniões da Secretária Distrital de Caia. Esta reunião foi dirigida pelo senhor Director do Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) em representação do Excelentíssimo Senhor Administrador do Distrito de Caia, o qual devido a sobreposição de agenda não pode orientar a sessão de reunião de consulta pública. A facilitação da reunião esteve na responsabilidade do consultor contratado pela ANE, IP, e nesta reunião participaram um total de 44 pessoas, das quais 36 homens e 08 mulheres (Figura 5).



Figura 5. Momentos da sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizado distrito de Caia (Dezembro, 2023)

A sessão de reunião realizada no Posto Administrativo de Caia-sede iniciou na hora previamente marcada, sendo que uma vez iniciada, o seu decurso seguiu a agenda programada tendo iniciado com o discurso de boas vindas aos participantes dada pelo Consultor e apresentação da participantes. Em seguida, houve momento para o discurso de ocasião proferido pelo representante do Delegado da ANE, IP na província de Sofala, o qual realçou que a 2ª reunião de consulta pública é realizada no seguimento da 1ª reunião realizada em Julho de 2023, na qual foi apresentado o projecto de reabilitação da estrada N1 e da necessidade de realização de estudos para avaliação do impacto ambiental e elaboração do plano de acção de reassentamento. O mesmo destacou a necessidade de os participantes serem mais interventivos e apresentar as suas preocupações em relação ao projecto.

Em seguida, tomou a palavra o Senhor Director do SDSMAS de Caia, que em representação do Excelentíssimo Senhor Administrador do Distrito de Caia, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do projecto de reabilitação da estrada N1, a qual vai melhorar a transitabilidade de pessoas e bens do sul a norte do país. No seguimento do seu

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

discurso o director do SDSMAS pediu para que todos os participantes prestassem atenção as apresentações que serão realizadas pelo consultor e registo de todas as inquietações que os participantes possam ter para apresentá-las durante a etapa de comentários e sugestões, tendo encerrado o seu discurso de ocasião com a declaração de abertura da sessão de consulta pública.

Depois, o consultor contratado pela ANE, IP tomou da palavra e fez a apresentação dos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e do Relatório de Levantamento Físico e Sócio-Económico (RLFSE) que foram submetidos aos Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala. O consultor finalizou a sua apresentação dando a conhecer aos participantes que está em preparação um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) para o projecto, que será parte integrante do Plano de Acção de Reassentamento, mas que actualmente existe um linha verde estabelecida pelo projecto para apresentação das queixas e reclamação nesta fase de elaboração dos instrumentos de salvaguardas (EIAS e PAR). A fase de apresentações dos resultados do EIAS e do RLFSE terminou com a intervenção do Especialista em Violência Baseada no Género (VBG) do projecto que falou da importância do MGQR como meio para reportar casos de VBG, Exploração Sexual e outros relacionados com o projecto nas suas diferentes fases, assim como informou que a linha verde para apresentação de queixas e reclamações na província de Sofala é o número 849393, sendo que as chamadas efectuadas para esta linha são grátis. Por fim, seguiu-se a fase de discussão, comentários e sugestões das apresentações feitas e do projecto SRSEI-MPA no seu todo, acto que teve a moderação do senhor Director do SDSMAS, cujo extracto das discussões havidas é apresentado a seguir na tabela 11.

Tabela 11. Questões levantadas e respondidas durante a sessão de reunião de 2ª consulta pública no distrito de Caia

Data: 15/12/2023	Duração: 10:00 – 11:30 Horas
Sessão: Única	Facilitador: SWMoz-Svosve

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
André Tiago – Chefe do Posto Administrativo sSede	Felix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Muito obrigado, o meu nome é André. Quero saudar o projecto e a iniciativa do governo de reabilitar a estrada N1, que é uma estrada muito importante e impulsiona o desenvolvimento do país.	A estrada terá apenas duas faixas. O desenho da estrada em si não será alterada, poderão ocorrer é alguns alargamentos e nas vilas como a de Caia a estará terá uma largura de 17.4 metros Em relação a questão da sinalização dos limites da área de reserva da estrada, gostaria de dizer

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
A minha questão é quantas faixas de rodagem terá a estrada N1 reabilitada? A ANE não tem um mecanismo através do qual possa garantir a identificação dos locais proibidos para construção de infra-estruturas e estabelecer limites visíveis para que as pessoas não possam ocupar essas áreas de proibição? A minha outra preocupação tem a ver com o facto de que em outras zonas quando é identificada área para exploração de inertes costumam pagar alguma compensação mas aqui em Caia não pagam porque? Muito obrigado Muito obrigado	que esta situação preocupa muito o governo. Isto acaba arretando custos elevados para o governo devido ao pagamento das compensações. Entretanto, vamos tentar melhorar um pouco a fiscalização mas dizer que já existem placas indicativas de limites da área de reserva de estrada
Beta Silva – Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Bom dia! Meu nome é Beta Silva, director do Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas. A minha questão é que o projecto vai retirar as infra-estruturas que estão na zona de corredor de impacto da estrada e no remanescente da área de reserva da estrada. A minha questão é depois da retirada dos comerciantes e das infra-estruturas o que será feito das áreas livres sem nenhuma ocupação, pois as populações poderão voltar a ocupar estas áreas. Eu também tenho uma sugestão que no âmbito do projecto devíamos encontrar um área na qual poderíamos assegurar o estacionamento de camiões e também para construção de barracas e balneários e latrinas onde os camionistas e outros utentes possa utilizar durante as viagens, nem que fosse para o governo cobrar uma taxa para as barracas.	Em relação a sugestão apresentada pelo director do SDPI, gostaria de dizer que existe um plano de estabelecimento de parques para estacionamento de camiões. Mas este plano ainda esta sendo desenhado e brevemente poderá ser dado a conhecer a todos. Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estradas Sede Em relação a questao apresentada sobre o que será feito das áreas de reserva da estrada livres, dizer que estas áreas foram concebida para de estarem desocupadas, isto é, sem infra-estruturas pois é neste locais onde podem ser parqueadas viaturas em casos de avaria, diminui o risco de atropelamentos em casos de despiste. Agora, o que deve ser é que a ANE e o governo de distrito procurem sempre assegurar que estas áreas estejam livres e possa assegurar a sua manutenção através de cortes de vegetação.
Mateus Jeque – Técnico dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas	Osvaldo Banze – Consultor da SWMoz
Bom dia a todo o meu nome é Mateus Jeque e sou técnico dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas. Levantei para louvar o projecto tendo em conta o potencial que tem para o desenvolvimento económico do nosso pais e particularmente para o nosso distrito.	Na apresentação foi apresentada uma lista de programas que farão parte do Plano de Gestão Ambiental, sendo que cada programa apresentara aspectos gerais de mitigação de impactos, sendo que repovoamento poderá ser umas das medidas a adoptar sempre que se

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
A minha primeira questão esta associada aos potenciais impactos ambientais. No meio biótico foi mencionado que vai-se fazer o desflorestamento e na apresentação não vi nenhuma plano de repovoamento de árvores que serão abatidas, principalmente aquelas com valor comercial como a <i>Jacaranda mimosifolia</i> e <i>Julbernardia globiflora</i> e outras espécies úteis para comercialização No meio físico, tem a contaminação da água e dito que será construído um local apropriado para armazenamento destes produtos, mas o problema é que as pessoas não tem a consciência de que o produto é capaz de causar problemas a saúde pública No local onde serão extraídos os inertes, qual é o plano apos a exploração estes locais serão aterrados ou serão deixados abertos com o potencial risco de causar a erosão Na parte de tratamento dos resíduos sólidos vi o plano e gostaria que o mesmo fosse partilhado com distrito para fazer o acompanhamento pois é também nosso objectivo é salvaguarda a saúde pública	mostrar relevante, tendo em consideração a magnitude do impacto. Os trabalhadores que vao operara com materiais contaminantes serão sensibilizados para que o processo de gestão destes materiais não causa danos a saúde pública Quanto a gestão de resíduos, o plano de gestão ambiental terá um programa específico e assim que tivermos disponível poderemos partilhar. Entretanto, esta gestão devera ser feita com o distrito ou município da vila de Caia. As camaras de empréstimo serão exploradas com base num plano que será aprovado pelas entidades competentes e que inclui uma fase de activação de desactivação das camaras de empréstimo e utilização futura das mesmas.
Justino – Director dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social	João Mudema – Consultor da SWMoz-Svosve
Muito obrigado mais uma vez pela palavra. Estamos aqui nesta reunião líderes comunitários e agentes económicos. É importante ter esclarecimentos sobre a questão da área de reserva de estrada é a mesma desde a berma da estrada. Aos líderes comunitários é o momento para se informar sobre como será feito o recrutamento da mão-de-obra Também uma vez que haverá influxo de pessoas de outros locais, precisamos ver com será a questão da criminalidade Em relação aso compensações dizer que levantamento físico e sócio-económico mostrou que as formas de compensação são diferenciadas. Entretanto, não sei se cada uma vai receber a compensação como quer ou será	Quanto a questão levantada sobre as compensações, devo dizer que o processo de preparação do plano de reassentamento esta sendo baseado na legislação nacional e nas boas praticas internacionais. Portanto, a definição do modelo de compensação será baseado na legislação nacional principalmente para casos de perda de habitação.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

QUESTÕES/COMENTÁRIOS	RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS
utilizada a lei na definição da forma de compensação	
António Domingos - comerciante do distrito de Caia	
O meu nome é António Domingos e sou agente económico de Caia. Eu gostaria de agradecer a ANE e o distrito de Caia pelo projecto e o trabalho já realizado. Fomos entrevistados e nossas barracas foram registadas e gostaríamos do distrito identificar muito cedo uma área onde os agentes económicos poderão dar continuidade as suas actividades durante e apos as obras Ficamos felizes em saber que depois de 30 metros da berma da estrada as pessoas podem construir as suas infra-estruturas. Também dizer que é bom que o governo e a ANE estão a auscultar as populações e os agentes económicos. Muito obrigado	.
João Augusto – líder comunitário	Cecílio Grachane – Técnico do Fundo de Estrada Sede
O meu nome é João Domingos! Eu levantei para questionar acerca da contratação de mão-de-obra. No projecto de emergência que esta a decorrer no distrito de Caia na contratação da mão-de-obra estão a ser exigidos valores monetários. Assim, quero saber se este projecto terá a mesma abordagem de contratação da mão-de-obra? Obrigado	Esta informação é nova para n. Todavia é importante dizer que nós, pois o que é sabido é que o processo de contratação de mão-de-obra não se paga nenhum valor, pelo no âmbito deste projecto serão solicitados aos lideres comunitários a preparação de uma lista de potenciais trabalhadores para o projecto que vivem na comunidade.
Pedro Braz – representante do Comando Distrital da Policia	Félix Mapsanganhe – Técnico da ANE, IP Sede
Bom dia! Eu gostaria de informar para a empresa que vai realizar as obras de reabilitação da estrada N1 que a polícia a nível do distrito esta pronta para colaborar em qualquer situação, sendo que nos acampamentos poderão surgir situações criminais e a polícia estará pronta. Também estaremos envolvidos na resolução dos casos de violência baseada no género, não so a linha verde mas também temos os nossos contactos para socorrer qualquer situação que ocorra nos acampamentos.	Muito obrigado pela prontidão em prestar apoio ao projecto.

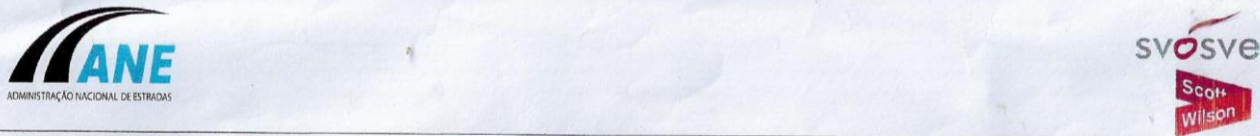
Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

3.1.10 Participantes na Reunião da 2ª Consulta Pública no Distrito de Caia

A sessão de reunião da 2ª Consulta Pública realizada no distrito de Caia teve um nível de participação de 44 pessoas, das quais 36 homens e 08 mulheres, sendo que a lista de presenças está abaixo assinada.

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Tabela 12. Lista de presenças na sessão da reunião da 2ª Consulta Pública no distrito de Caia



PROJECTO DE ESTRADAS SEGURAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (SRSEI-MPA)

Sub-projecto das Obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1

Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito e os Termos de Referência para a realização do Estudo de Impacto Ambiental e Social, e Plano de Reassentamento no âmbito das obras de Reabilitação da Estrada Nacional N1 - FASE I

Lista de Participantes - 2ª Consulta Pública no Distrito de Caia 15/12/2023

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
1					
2	Roberto Fernando de Silva	SDPI	875520000	brf.fernando@gmail.com	Roberto Silva
3	PEDRO DOMINGOS BRAS	IRTI	877711674	Bras3bras3bras3@gmail.com	BRAS
4	Benjamin Guruate	SDAE	845662539	b.guruate@gmail.com	Benjamin Guruate
5	Augusto Zece Simbe	Bairro Amílcar - A	844057540	Secretário do Bairro	ASimbe
6	Fabício João Chico	Sapanda	866284308	DU Regalo	
7	João Augusto Antão	Sapanda	876610117	ndo xo	
8	Autónio Luís Papellau	Sapanda		Sapanda	
9	Guilherme Baptista Gueite	Notariado	850540108	Caia	Guilherme Baptista Gueite
10	Luís Paulo Luís Fernando	SDPI	846430564	luispauloluizfernando@gmail.com	Luís Paulo Luís Fernando
11	Domingos Ernesto Gize	Agente económico	866706874	Ndono	Domingos
12	ARISTÓRIO DOMINGOS SIA	Agente Económico	843761722	Caia Sincero	ARISTÓRIO
13	CHICO CARLOS HOLAND	C. PARAGEM	864911126	CAIA	CHICO
14	Natens Tiago Njange	Rocha's Hotel	864993843	—	Natens
15	Fausto Tomé Tomé Mota	Bairro A. cabral	848903990	—	Fausto
16	Babado Tomé de Sousa Caia	Bairro Nhampunga	871192847	—	Babado
17	Manuel Augusto Mazaia	Bairro Nhampunga	843767964	—	Manuel

Relatório da Reunião de 2ª Consulta Pública – EN1: Secção Inchope - Caia

Nº	Nome do Participante	Instituição/Proveniência	Contacto		Assinatura
			Celular	Email	
18	Manuel Dumbona Mase	APGA	879674768		
19	Leonel Loureiro	Shoa Refrator	862666511	leonel.loureiro@gmail.com	Leonel Loureiro
20	Domingo Domingos Tangatanga	Região Tangatanga	8743110349	-	-
21	Mário Bulatue Jone	SEPPBanda	852867074	-	-
22	Fernando António Mangano	REGULO mangano	96995805		
23	Heriberto Almeida	ANE			
24	Frederico Almeida	ANE, IP	842367260	frederico.almeida@portugal.gov.pt	
25	Crizóvão Faria	ANE, IP	862717311	cfaria@gmail.com	
26	Cidália Domb	TE, IP	823872577	cidalia@pc.gov.pt	Cidália
27	Marta Xavier Nambureto	SPA - Sofala	824846840	marta-nambureto@spafm.gov.mz	Marta
28	Leche Jacó Fernandes	SPA - Sofala	845108123	lechejacofernandes@gmail.com	
29	Henriqueta Romagosa	ANE, IP - 1015	846746711	HenriquetaRomagosa@gmail.com	Henriqueta
30	ACSJA Jacira Borima	Agente Económico	841706762		
31	Manuel Albano Chido	PACS	862931168		
32	Juleca Mestico Lopes	Secretaria Distrital	846718795	juleca.lopez@gmail.com	Juleca
33	Jonacio Bente	CDC	840251103	JonacioBente@gmail.com	Jonacio
34	João Cruz	CDC	875455228		João
35	Abílio Faria	EPC Chimoia	845605119		Faria
36	Hortêncio António António	G.A	85076023	hortencioantonio@gmail.com	Hortêncio
37	Felipe Manuel Vasco	G. Administrador	867335008	felipemanuelvasco123@gmail.com	Felipe
38	Mateus Monteiro	SDPI - Caia	847933837	mateusmonteiro887@gmail.com	Mateus
39	Osvaldo Banta	Sumo2 - Sofala	875655133	osvaldo.banta@sumo2.com	Osvaldo
40	João Paulo	S. M. - Sofala	848474724	joaopaulo@gmail.com	João Paulo
41	Felipe Habsanganh	ANE, IP	876559950		Felipe
42	Mário Barral	ANE, IP	847104130		Mário Barral
43	CECILIO GRACHANE	FUNDO DE ESTRADAS	823084190		Grachane
44	Yehemias Pungor	MTN DINAB	823052888	yehemiaspungor@gmail.com	Yehemias
45	Adriano Silva	MTA/DNDI	848114370	adriano.silva@gmail.com	Adriano

4 ANEXOS

Anexo 1. Anúncio da reunião da 2ª Consulta Pública publicitado no Jornal Noticias

Anexo 2. Programas das sessões de reunião da 2ª Consulta Pública

Anexo 3. Apresentações em *Powerpoint* dos resultados do EIAS e do RLFSE

Distrito de Gondola

Distrito de Gorongosa

Distrito de Maringue

Distrito de Cheringoma

Distrito de Caia